

MÓVIMENTO

ANOS

Cinco anos contra a opressão

Em três páginas, o congresso de Piracicaba, com humor e ironia

TUDO SOBRE A REUNIÃO DA UNE

P. 5 a 7

RICARDO MALTA - AGÊNCIA FA



ILUSTRAÇÃO DE ELIFAS ANDREATO

Debate: a revolução de 1930

Qual é o verdadeiro significado de 30? Debate com Jacob Gorender, Sérgio Silva, Edgar De Decca e Eli Diniz.

P. 9 a 16

A música brasileira invade as rádios, sob a liderança de Roberto e Betânia
P. 20 e 21



ILUSTRAÇÃO DE PETRUCIO

Conselho de Direção

Agostinho Gizé, Alcy Linhares, Alvaro A. Caropreso, Antônio Carlos Ferreira, Antônio Carlos Queiroz, Armando Boito, Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Maklouf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilio Borba Filho (1912-1976)

Diretoria de Edição S/A

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antônio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores-adjuntos)

Movimento é uma publicação de Edição S/A - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó - Minas, Tel. 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, Tel. 245-2861, Federação. Distribuição: Abril S/A - Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Tel. 65-5115. impresso nas oficinas da Cia. Jorués, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel. 531-8900, São Paulo. Material Internacional Via Varg.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

Qual censura é a pior?

Quando diretores de jornais das grandes empresas "responsáveis" souberam antecipadamente da maxi-desvalorização do cruzeiro no fim do ano passado, não foi preciso que a Polícia Federal ou qualquer censor oficial se movesse para impedir a divulgação do fato.

Os donos de jornais assumiram a censura e trataram de especular com a compra de dólares. E quando o bancário Nelito dos Santos foi torturado por agentes policiais numa das salas da direção regional do Banco Nacional do Norte, em Salvador, há dois meses atrás, para confessar um roubo que não cometera, nenhum jornal baiano publicou a denúncia e um deles - o Jornal da Bahia - chegou a exigir pagamento em dobro para publicar uma nota oficial do Sindicato dos Bancários, como matéria paga, sobre o fato. Ai também não foi preciso bilhetinhos, telefonemas ou visita de nenhum censor governamental para que a notícia não saísse.

Simplesmente, no bojo da "distensão lenta, gradual e segura" do general Geisel e em seguida da "abertura política" do general Figueiredo, os patrões da imprensa - jornais, revistas, rádios e televisões - passaram a assumir a censura no Brasil, com eficiência e com evidentes vantagens para o governo. A censura mudou sua roupagem, mas não acabou. A esta conclusão chega o jornalista Paolo Marconi, 31 anos, italiano de profissão, em seu livro "A Censura Política na Imprensa Brasileira - (1968-1978)", que a Editora Global coloca nas livrarias esta semana. Na verdade, o livro é um documento de um período de violência e obscurantismo. Estão transcritos no livro mais de 500 bilhetes internos das redações

esta "literatura demente" como diz Antônio Callado no prefácio. contém também muita documentação dos mecanismos internos da revista *Veja*. Ela mostra, de maneira viva, através de cartas, ofícios e bilhetes, também transcritos, as violências da censura ao trabalho jornalístico.

O livro mostra os "donos" da imprensa mais preocupados em defender seus interesses políticos e econômicos, mancomunados com o governo, assumindo a censura e demitindo profissionais mais independentes.

Paolo Marconi tem um curso de doutoramento no terceiro ciclo em ciências da informação, na Sorbonne, em Paris. Trabalhou como repórter na *Tribuna da Bahia*, *Jornal do Brasil* e *Jornal da República*. Foi também de *Veja*, onde diz ter tido sua maior experiência e sua maior desilusão, ao constatar que a revista transformara-se de um órgão combativo na época da censura policial, num veículo totalmente acomodado na nova fase de censura patronal.

O livro de Marconi, com mais de 300 páginas, documenta "A psicose da segurança nacional" e a atuação da "comunidade de informações". A institucionalização da censura, a morte de vários jornais, a resistência de alguns raros da "grande imprensa" e a dos alternativos. A censura atingiu até o festejado colonista Ibrahim Sued.

Quando Marconi chega à "Suspensão da Censura", pergunta: "a censura acabou?" o livro diz que não - o que houve foi uma troca das sentinelas. Na introdução, ele já indagava: "quem é pior, a censura policial ou a dos próprios meios de comunicação?"

(Jadson Oliveira, de Salvador)

O PMDB é o número 1, contra o regime e ainda bem longe do povo

Depois do PDS, em segundo lugar na corrida de formação dos partidos, foi a vez do PMDB. No domingo retrasado, repetindo o que o partido do governo havia feito sete dias antes, o PMDB realizou as suas convenções municipais e distritais, para aprovar seus estatutos e o programa, eleger as direções locais e os delegados para os encontros regionais que comporão os escalões mais altos da hierarquia partidária. É uma etapa decisiva na fase de legalização dos partidos segundo as normas impostas pelo regime no final do ano passado: todos terão de conseguir diretórios em pelo menos 20% dos municípios e 9 Estados. E pode ser mais decisiva ainda na medida em que os delegados escolhidos dia 12 para os encontros regionais talvez sejam os mesmos que indicarão os candidatos do partido às eleições previstas para 1982.

Os chefes do partido estão eufóricos com os resultados. "Daqui a dois meses teremos o registro definitivo", diz Ulysses Guimarães, o presidente nacional. E os números obtidos lhe dão razão. Pois embora o PMDB não tenha conseguido, nem de longe, a mesma quantidade de filiações e diretórios que o PDS, conseguiu, no entanto, estruturar-se em cerca de metade dos 4 mil municípios brasileiros. Portanto, em menos de um ano após a reformulação partidária que o extinguiu, o MDB renovado conseguiu aproximar-se do número de diretórios que acumulara com dificuldades nos seus primeiros 13 anos de vida (2.800 diretórios, de 1965 a 1978). Nas regiões Sudeste do país, o PMDB organizou-se em todos os Estados, em bases de 60, 70 e até 95% dos municípios. O mesmo aconteceu no Acre, Rondônia, Roraima e em todo centro-oeste do país. Os piores resultados vieram do Nordeste, onde ainda o PDS impera graças ao coronelismo (Maranhão, só 25% dos municípios; Bahia, só 30%). E apenas no Amazonas o PMDB ficou sem estrutura oficial. (Lá ocorreu uma disputa entre o grupo do senador Evandro Carneira, ligado a Franco Montoro, e o do deputado Mário Frota, da ala popular do partido. Enquanto ficou na direção, até 14 dias antes das convenções municipais, Carneira não montou o partido em nenhuma cidade. Frota fez 14 comissões em 14 dias, mas mesmo assim não chegou ao mínimo legal exigido).

Melhor que o saldo numérico, porém, é o avanço político do partido. Em primeiro lugar, porque seu crescimento a partir da extinção representa uma derrota da tática governista que, a partir de 1975 - como já vimos na semana passada - começou a convencer-se de que não conseguiria manter o bipartidarismo. Ao exigir a extinção do MDB no final de 1979, o governo sonhava em criar um partido de oposição confiável, com a direita do MDB e a "esquerda" da Arena, e em confinar os "radicais" do MDB num *partidinho*, que ele previa destinado a perder-se em disputas com o PT de Lula e o PRB brizolista. O plano, no entanto, falhou. Em lugar do grande partido de oposição confiável, surgiu um partido dos banqueiros, raquítico, o PP, que se de fato se propunha ser de

oposição ao governo e não regime, por outro lado não iria ter respaldo entre os eleitores. E o PMDB acabou se impondo novamente na oposição (e sob o domínio dos liberais, como antes, já que fracassaram várias tentativas populares de encontrar uma saída unificada para aproveitar a *abertura* dos partidos). A recente pesquisa de opinião pública divulgada pelo Instituto Gallup, comparada com resultados anteriores à reformulação, é prova eloquente do ressurgimento do prestígio da tradicional legenda oposicionista.

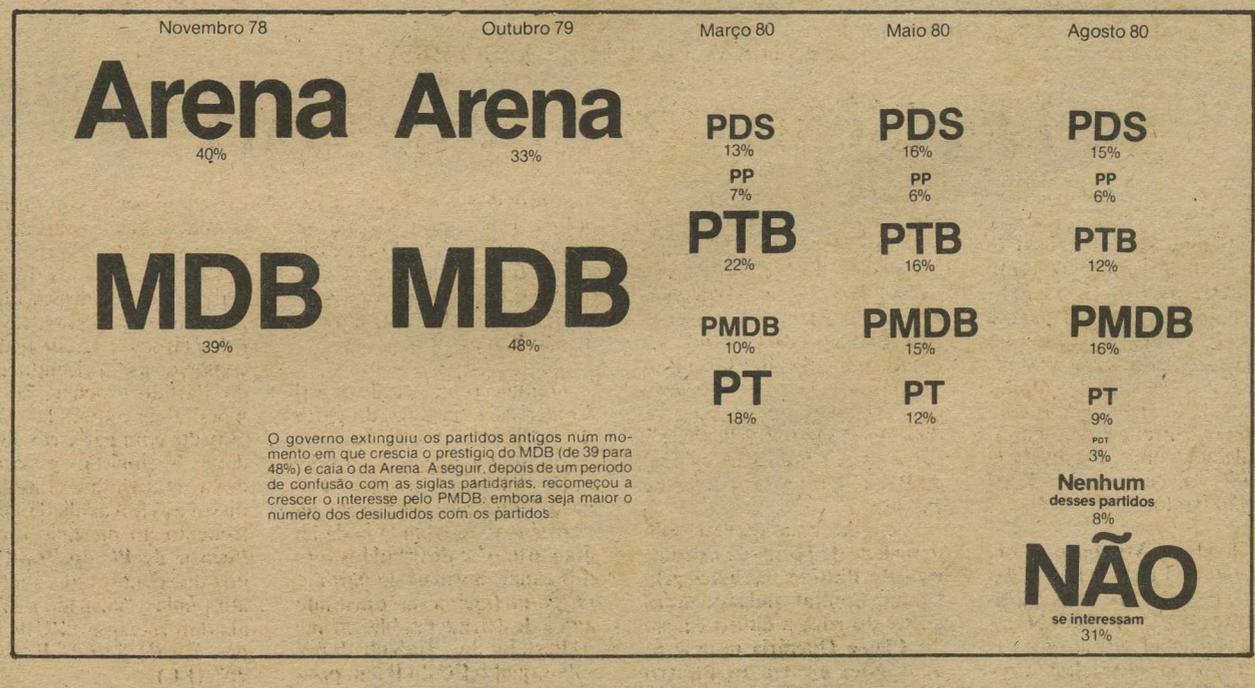
Em segundo lugar, porque o PMDB que se estrutura é um partido de oposição ao regime militar, que na sua última reunião nacional, há um mês, condenou tanto as posições ultradiretistas quanto a conciliação com o regime e tem tido força exatamente por manter o seu caráter de frente ampla oposicionista. Basta ver que, numa disputa como a da Capela do Socorro, o maior dos 53 distritos eleitorais da capital paulista, região essencialmente operária e metalúrgica, onde há mais eleitores do que em 90% das cidades brasileiras, disputaram as eleições para o diretório do PMDB desde 4 correntes de esquerda - operários independentes, pessoas ligadas aos jornais *Tribuna da Luta Operária*, *Voz da Unidade* e *Hora do Povo* - até 3 ou 4 grupos nacionalistas e liberais ligados a deputados e políticos paulistas.

E em terceiro lugar porque, apesar de enormes limitações, o partido se forma por métodos qualitativamente diferentes dos do PDS, articulado "a partir do crime", como salientou um dos dirigentes da antiga Arena e atual líder do Partido Popular, Cláudio Lembo. Para a formação do PMDB houve, no geral, discussão e participação política.

No entanto os liberais que controlam o PMDB devem moderar seus elogios ao partido diante de uma conclusão que também salta à vista do processo da semana retrasada: a participação popular é ainda escassíssima e as convenções, no fundo, constituem meras montagens de máquinas eleitorais, que podem muito bem virem a servir apenas para atender aos interesses dos chefes políticos. É oportuno lembrar que foi por iniciativa de conservadores do próprio PMDB - os senadores Nelson Carneiro e Mauro Benevides - que o Código Eleitoral foi mudado para assegurar que o voto do diretório da modesta Quipapá, em Pernambuco, por exemplo, valesse tanto numa convecção regional para indicação do candidato a governador do partido, quanto o voto do diretório da Freguesia do Ó em São Paulo, com seus 95 mil eleitores. Isso para dar mais peso às áreas atrasadas, reduzir a influência de esquerda, e fortalecer o caciquismo.

O PMDB comemora o seu nascimento e se orgulha com razão de sua postura oposicionista. Precisava ver também que está muito distante do povo. E que seu papel principal é o de lutar por um regime de amplas liberdades políticas, onde finalmente possam florescer verdadeiros partidos políticos.

Raimundo Rodrigues Pereira



Os usineiros de cana pediram, e o governo expulsou o padre Vito

Não causou surpresa a ninguém a decisão do governo de expulsar sumariamente do país o padre italiano Vito Miracapillo, consumada na última quarta-feira, com um decreto assinado pelo general Figueiredo, com base na Lei do Estrangeiro. A exposição de motivos feita pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, apoiando-se num apressado inquérito da Polícia Federal, foi taxativa: o padre atentou contra a Segurança Nacional ao se recusar a celebrar uma missa de ação de graças pela passagem do dia 7 de setembro.

A tal missa havia sido encomendada pelo prefeito pedessista da cidade Ribeirão, Pernambuco. Através de um ofício, o padre respondeu ao prefeito que não rezaria missa na forma e horário anunciados, "por vários motivos, entre os quais a não efetivação da independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos".

A partir daí os fatos se desencadearam com rapidez: o ofício foi levado pelo prefeito até um deputado do PDS, Severino Cavalcanti, que pediu a expulsão do padre; foi aberto inquérito pela Polícia Federal; e finalmente Figueiredo decretou a expulsão.

O padre Vito recebeu a notícia com tranquilidade: "A posição que tomei foi em respeito ao próprio povo".

Por trás do rápido "affaire" Miracapillo estavam os usineiros e plantadores de cana da região de Ribeirão, Zona da Mata, norte de Pernambuco, preocupados com o trabalho do padre entre os camponeses e assalariados rurais. O presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco, Silvio Carneiro Leão, chegou ao ponto de comandar a invasão da Igreja de Ribeirão,

duas semanas atrás, tentando impedir a realização de uma missa de solidariedade ao padre. Leão e seus amigos usineiros estavam armados e fizeram vários discursos na Igreja.

A atitude dos fazendeiros de Pernambuco serviu para demonstrar, novamente, o confronto cada vez mais agudo entre eles e os religiosos progressistas. Fatos semelhantes têm ocorrido com frequência por todo o país, sendo um dos mais conhecidos a ameaça de morte feita ao bispo D. José Brandão de Castro, de Propriá, Sergipe. Ele foi ameaçado por um fazendeiro e seus jagunços, no meio de uma missa.

Outro caso, mais recente, foi o do padre português Antonio Mamede Fernandes, de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Por defender 300 famílias que disputam uma área com um fazendeiro local, Mamede foi vítima de uma tentativa de assassinato. Escapou com uma bala no abdômen.

O aumento do número de conflito desse tipo, assim como a atitude hostil do governo em relação aos padres mais progressistas, como no caso Miracapillo, foi constatada pelos arcebispos e bispos de Pernambuco e da Paraíba, num documento divulgado na semana passada. Reunidos em Recife, os bispos nordestinos denunciaram a existência de "uma onda crescente de difamação e violência contra pessoas ligadas à Igreja do Nordeste, bispos, padres e agentes pastoraes, em diversas localidades".

No dia da divulgação do documento dos bispos nordestinos, quarta-feira da semana passada, também foi enviado um telegrama ao presidente Figueiredo, apelando para que providencie "rapidamente substancial mudança" na Lei dos Estran-



Padre Vito: "em respeito ao próprio povo"

geiros. O telegrama foi elaborado durante uma reunião de bispos de 28 dioceses de Minas Gerais e Espírito Santo, em Belo Horizonte, depois de constatarem que a Lei vem sendo utilizada para dificultar "a entrada e permanência de missionários católicos em nossa pátria".

Um exemplo dessa utilização da Lei: o procurador da República no território do Amapá, Caetano Amico, prometeu na semana passada expulsar do país o padre italiano Nello Rufaldi, da coordenação do Conselho Indigenista Missionário, por ter denunciado a invasão de terras indígenas pela rodovia BR-156. Amico ameaça Rufaldi com a Lei dos Estrangeiros.

Um terceiro documento da Igreja divulgado na semana passada demonstra a sua preocupação com a crescente militarização em áreas de conflito. O documento, da diretoria do Cimi, alerta para a militarização da Funai, praticamente sob a intervenção do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações.

Anteriormente, a Comissão Pastoral da Terra já denunciara problema semelhante em relação ao Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, oficialmente subordinado ao CSN. Esse grupo, ao mesmo tempo que faz pequenas concessões aos posseiros de áreas em conflito, aumenta o controle militar sobre a área e procura diminuir a influência dos religiosos.

Na quinta-feira (16), o presidente Figueiredo, ao entregar títulos de terras regularizadas pelo GETAT, em São Luís, Maranhão, disse: "Sinto diminuir as violências sociais; e o problema da terra está sendo resolvido sem a violência e com justiça (...)".

Em outras palavras: o assunto é muito explosivo para ficar apenas nas mãos de religiosos que vivem pregando reforma agrária. No dia 17, um juiz relator do Supremo Tribunal Federal concedeu liminar, solicitada pelo advogado Ernesto Vilaverde de Carvalho, constituído pelo padre Vitor, sustando a expulsão. (Fred Navarro - Roldão Oliveira)

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Dissidência "sem expressão"

Ao mesmo tempo que anuncia a preparação e convocação de seu Congresso, o Partido Comunista do Brasil acaba de dedicar praticamente toda a edição de seu jornal, *A Classe Operária* (n.º 144), à luta interna que vem se desenvolvendo nessa organização, e torna oficial o afastamento de quatro membros do Comitê Central e a reorganização de um Comitê Estadual (da Bahia) e uma estrutura regional em São Paulo.

Falando a *Movimento*, um dirigente do PC do B deixou claro que o Congresso será realizado sob a direção do Comitê Central e não atendendo à convocação que havia sido realizada pu-

blicamente, há poucos dias, pelos dissidentes desse partido (Ver *Movimento* n.º 275). A direção do PC do B considera que "atualmente esse grupo (a dissidência) não tem nenhuma expressão dentro do Partido". Segundo a direção do PC do B os organismos do partido e direções regionais que apoiam os dissidentes são todos "fictícios", com exceção da direção regional da Bahia, que teve seu dirigente expulso.

Além das mensagens de solidariedade de pessoas e organismos do Partido recebidas pelo Comitê Central vindas de várias partes do país, a última edição do *Classe Operária* resume as acusações contra os quatro

membros do Comitê Central expulsos. Eles teriam, segundo a direção, se empenhado em atividades "fracionistas e liquidacionistas" surgidas na direção estadual na Bahia e na "estrutura I" de São Paulo.

Durante a convocação da VII Conferência Nacional do partido, integrantes desse grupo produziram documentos considerados "direitistas e liquidacionistas" que posteriormente teriam sido usados em "atividades antipartido" e distribuídos fora dos canais normais do partido. O "grupo fracionista" é acusado ainda de defender publicamente o Partido dos Trabalhadores, sob o qual o PC do B tem posi-

ção claramente contrária, por considerá-lo "um partido social democrata".

Os excluídos também são acusados de terem "vazado" para a imprensa alguns documentos internos e terem realizado conferências "criticando a linha do Partido e defendendo opiniões falsas elaboradas conjuntamente com parceiros de atividade fracionista, procurando desnortear o movimento de massa e as forças aliadas, em detrimento do prestígio e da influência do PC do Brasil". Um dos dissidentes teria ainda, em ato público "chegado a afirmar abertamente que o PC do Brasil não é o Partido do Proletariado". (FC)

PRERROGATIVAS

"C'est finie la contredanse"

Desolado, o deputado Djalma Marinho (PDS-RN), um dos autores da emenda Flávio Marçílio, apelou para a poesia: "C'est finie la contredanse", disse em francês. Ele tinha razão. O clima era de melancolia impotência e fastio ao final da sessão em que foi votada a emenda das prerrogativas na quarta-feira da semana passada. Como se previa, a "operação falta de quorum" organizada pela direção do PDS, sob comando do Palácio do Planalto, mandou para o arquivo esse projeto, que embora limitado, restabeleceria algumas das prerrogativas do Congresso Nacional, retiradas em 1969 pela Junta Militar. Entre elas, as duas mais importantes: as imunidades dos parlamentares e o fim do decurso de prazo, pelo qual o governo faz aprovar suas leis sem a deliberação do Congresso.

Dos 420 deputados, apenas 218 (38 do PDS) compareceram ao plenário. Desses, 196 - entre eles 16 dissidentes do PDS - votaram a favor da emenda; 16 pedessistas votaram contra e outros seis se abstiveram. Da oposição faltaram 17 parlamentares: seis do PMDB, seis do PP, quatro do PDT e 1 do PTB (*). Apenas o PT compareceu inteiro, com a sua bancada de seis deputados. Foi grande a irritação dos opositoristas por causa da ausência de seus companheiros. Afinal, com mais 15 votos a emenda passaria na Câmara dos Deputados, embora depois fosse inapelavelmente derrubada pelos biônicos do Senado. Quando soube do resultado, o ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel comentou cinicamente que a maior lição que o governo tirou do episódio foi a de que "o PDS funciona" e que por isso "pode confiar e confia no partido".

As manobras do governo para arquivar a emenda começaram já no domingo, quando o *Jornal do Brasil* publicou um artigo acusando o presidente da Câmara de nomear sem concurso, seu filho é um amigo jornalista para cargos na Câmara com salários superiores a 130 mil cruzeiros. Na segunda-feira o mesmo jornal publicou um extenso dossiê que estava de posse dos órgãos de informações com pesadas acusações (estelionato, grilagem de terras, documentos falsos, suspeita de homicídio e falsidade ideológica) contra o deputado Siqueira Campos (PDS-GO), responsável com seu voto pela derrubada do substitutivo do governo à Emenda Marçílio na comissão mista.

Apesar de todas as pressões do governo, a dissidência do PDS quase alcançou as melhores previsões opositoristas: os 16 rebeldes ficaram juntos durante toda a sessão, que, ao contrário do que ocorreu durante as votações de matérias importantes como a Lei da Anistia e o Estatuto dos Estrangeiros, transcorreu tranquila, numa verdadeira paz de cemitério, sem o incentivo das galerias que estavam vazias. Ainda assim, os parlamentares da oposição fizeram vibrantes pronunciamentos, interrompidos apenas pelos líderes Nelson Marchezan e Jarbas Passarinho. Ambos bateram na surrada tese de que a oposição fora intransigente e não aceitara um acordo. O líder do PMDB, senador Paulo Brossard, disse que se "há alguém que tem prerrogativas neste país é o senhor Daniel Ludwig", mostrando a carta que o dono do projeto Jari enviou ao general Golbery do Couto e Silva exigindo vantagens do governo. Já o líder do PT, deputado Aírton Soares, comparou Marchezan e Passarinho - a quem classificou de "beleguins militares" - ao então coronel Meira Mattos, que comandou o cerco ao Congresso Nacional quando foi fechado em 1968. E o líder do PDT, Alceu Collares, afirmou que "hoje é o fim da farsa" e que "com o arquivamento da Emenda Marçílio deixa de existir esta pseudo-abertura, em que o congresso nada significa, nada influi".

As prerrogativas do Congresso simplesmente não estavam previstas na cartilha do Palácio do Planalto e por isso foram derrotadas, embora, devido às pressões sofridas durante a discussão da Emenda Marçílio, possam ser incluídas nessa mesma cartilha em poucos meses. Prova disso são as declarações das lideranças do PDS de que agora o governo vai elaborar sua própria emenda das prerrogativas. Ou seja, abrir pode, mas sempre por obra e graça do Palácio do Planalto. (Antônio Carlos Queiroz, de Brasília)

(*) o PMDB e o PP justificaram a falta de alguns de seus deputados. PMDB: José Carlos Vasconcelos (Tendência Popular-PE) - está nos Estados Unidos, operado de uma perna, José Costa (AL), acompanha o filho num hospital em Maceió, Luiz Baptista (ES), conseguiu vôo para Brasília apenas às 14 horas, quando a emenda já tinha sido derrotada, Aloisio Bezerra (Tendência Popular-AC) - saiu do plenário para telefonar a um amigo doente e quando voltou já tinha sido feita a segunda chamada, Jairo Brun (RS) - viajou de Porto Alegre à tarde "convencido" de que a votação seria à noite. A ausência de José Freire (GO) não foi justificada. PP: Antônio Mariz está em missão oficial na Comissão de Direitos Humanos na ONU. Marcelo Medeiros ficou com o pai doente e Edson Vidigal estava acompanhando a filha "gravemente enferma".

Revelação: como Mário Franco, o ex-terrorista, infiltrou-se na esquerda

“Foi uma autêntica operação nos moldes da KGB e da CIA. Foi tudo bem feito, bem estruturado” — quem fala é o ex-terrorista de direita Mário Franco, que desde o último dia 17 de setembro, em Belém, começou a fazer denúncias contra os órgãos de repressão e a direita paramilitar clandestina. E sua declaração se refere a um dos mais intrigantes aspectos do inquérito que está sendo encaminhado pela Polícia Federal em relação às denúncias de Franco: a misteriosa criação de um Centro Cultural, em Fortaleza, ligado oficialmente à embaixada da República Democrática Alemã — RDA.

Inicialmente, a pedido da própria PF, Franco falara pouco sobre o Centro “Erich Honecker”, dizendo apenas que ele tinha o objetivo de descobrir se os países socialistas financiavam ou não a esquerda brasileira, particularmente a esquerda paraense. Mas na semana passada, numa entrevista a **Movimento**, contou toda a história — fantástica, sem dúvida — do Centro Cultural.

Arapuca em Fortaleza

A história começa em fevereiro do ano passado, quando Mário Franco, sentindo-se ameaçado por alguns elementos do DOPS, procura o ex-boxeador Rubinete Nazaré, chefe do Comando de Caça aos Comunistas de Belém e que, segundo Franco, recebe ordens diretas de oficiais da Aeronáutica. Após uma conversa entre os dois, Rubinete decide mandá-lo para Fortaleza, com a orientação de criar uma organização pretensamente de esquerda.

Em Fortaleza, Franco mantém contato com o advogado cearense Amândio Celestino da Silva, proprietário da empresa Showsauna; com o capitão Nobim, presidente da Junta do Serviço Militar de Fortaleza; e com o sargento Waley, “um dos coordenadores do Doi-Codi na 10ª Região Militar”. Discutem e acertam que a melhor forma de infiltração na esquerda é a criação de um centro cultural para divulgar e propagandear os países socialistas. Se algum desses países, pela simples lógica de Franco e seus asseclas, apoiasse financeiramente o centro, ficaria evidente que as organizações de esquerda também receberiam ajuda financeira. “O centro era conversa fiada para a gente se infiltrar na esquerda”, segundo Franco.

A República Democrática Alemã é a primeira a se interessar pelo centro, contribuindo financeiramente para sua sustentação. E logo após sua criação, o centro cultural passa a promover cursos de alemão e concursos para bolsas de estudo no exterior, além da exibição de filmes sobre os países estrangeiros visados. Para movimentar a entidade, o coronel Aragão, comandante do Colégio Militar de Fortaleza, ordena aos seus alunos que passem a frequentá-lo. E Mário Franco aponta alguns nomes dos estudantes do Colégio que frequentaram o centro: Carlos Henrique Windeler (da 2ª Companhia, nº 732, 16 anos), “com tendências esquerdistas e fácil de ser utilizado para encaminhar as coisas”, que chegou a ganhar uma bolsa para um curso de Física Nuclear.

A direção do centro é constituída pelo advogado Amândio Saraiva (presidente) e Mário Franco (secretário geral). Além do apoio oficial da RDA — cujo adido cultural, Klaus Westphal, vai a Fortaleza



Mário Franco e as pichações que fez em uma igreja em 79

para inauguração oficial do centro —, Franco procura contatar outras embaixadas e representações, como a da Polônia e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Franco disse na semana passada que chegou a se encontrar com Farid Sawan, representante da OLP no Brasil, no dia 5 de maio passado, em Brasília. E que o representante palestino prometeu apoio aos seus projetos ou melhor, aos de Rubinete Nazaré, que era o orientador de toda a operação, conforme o delator sempre frisa. Mas antes que este apoio se concretize a entidade-isca desaparece.

Tudo vai indo de vando em popa no centro, quando surge um grave problema: com todo o respaldo e prestígio obtido, o advogado Amândio dá um bruto desfalque na praça comercial. Só numa firma (a Superzoom) o trambique de Amândio chegou a 1,8 milhão. Descobre-se então que todo o dinheiro fornecido pelas embaixadas (só da RDA eram 600 mil), foi estourado pelo presidente, o que obriga Franco — que também assinara promissórias e cheques sem fundo — a fugir. Rubinete garante quebrar seu galho junto à Justiça e à Polícia do Ceará.

Articulação nacional

Termina aí a história do Centro, que Mário Franco diz não ter revelado antes à Polícia por não acreditar em suas investigações. Ele acha mesmo que “o inquérito não vai dar em nada”, justamente porque as operações terroristas da extrema-direita, que ele denunciou dias atrás estão envoltas numa articulação de nível nacional de muito peso, com gente de alto coturno envolvida.

Para provar suas desesperanças o delator conta o seguinte fato: há duas semanas, os recrutas do Exército, em operação militar de guerrilhas na selva, foram treinar justamente no sítio do principal acusado, o Rubinete Nazaré. Outro fato significativo para ele: o chefe do Doi em Belém, major Correia (que fez ameaças a Mário Franco para que se calasse) é amigo de Rubinete. E mais: a polícia civil está providenciando rapidamente a transferência dos agentes do DOPS acusados de atos terroristas (Roberto Martins e Amélia) para Brasília.



“Estão querendo abafar de todos os lados” — diz Franco, que na semana passada também denunciou aos jornais que está sendo perseguido pelos policiais que acusou.

Várias pessoas já depuseram no inquérito, mas nenhum militar ainda foi chamado. Na segunda-feira da semana retrasada (dia 6), o menor Waldemar Lopes confessou que foi torturado pela polícia, depois de descobrirem que estava envolvido numa transação de armas, juntamente com outros colegas de um tradicional colégio da cidade, inclusive o filho (Eder) de um capitão do 2º Batalhão de Infantaria na Selva. As torturas em Waldemar foram comprovadas através de um exame de corpo de delito, mas o nome do torturador não está em nenhuma das listas de nomes denunciados por Mário Franco. Segundo Waldemar, quem o torturou foi o próprio Franco (que negou e acusou Rubinete).

Quem tem medo?

No momento, Mário está muito preocupado com sua liberdade. Além das ameaças contra a sua vida, feitas por ex-colegas, é possível que a polícia cearense peça sua prisão preventiva, pelos golpes que deu em Fortaleza. E diante disto seu advogado estaria propenso a deixar prosperar a tese de que o seu cliente é louco.

Mário Franco não admite qualquer dúvida quanto à sua sanidade mental, mas não descarta a hipótese de admitir isto se for necessário para livrar-se da cadeia. Teme apenas que isso desmobilize o inquérito policial em torno de suas denúncias.

E enquanto o inquérito prossegue ele escreve um livro, contando tudo que soube e aprendeu como agente policial. “Quem tem medo de Mário Franco” (Luiz Maklouf de Carvalho, de Belém)

“Não é coisa de comer”

Por iniciativa da sua Tendência Popular, o PMDB aprovou a proposta de transformar o dia 15 de novembro, quando deveriam ser realizadas as eleições municipais, adiadas para 19-82, em dia nacional de luta pela Constituinte Livre e Soberana e de repúdio à não realização de eleições. Em São Paulo, a Tendência Popular já se prepara para o dia 15, distribuindo uma cartilha explicando que a Constituinte “não é coisa de comer,” mas pode servir para “ajudar a ter o que comer”.

DAÍ O SEGUINTE: CONSTITUINTE!



Quem investiga a polícia?

A polícia paulista já está pondo em prática o novo Estatuto dos Estrangeiros do general Figueiredo, aprovado recentemente no Congresso por decurso de prazo. Policiais, denunciados pelo deputado Mario Hato, prenderam sete famílias de japoneses e extorquiram Cr\$ 250,00 de cada uma, para que elas não fossem enquadradas no novo estatuto. Num comportamento que já se tornou rotina, o ministro da Justiça Abi Acker mandou a polícia investigar a polícia. Parece que são pequenas as chances da polícia punir a polícia.

“Débil mental”

O Supremo Tribunal Federal confirmou, na semana passada, a competência da Justiça Militar para julgar o vereador Adelmo Genro Filho, que pode ser condenado a dois anos de reclusão por ter qualificado o general Figueiredo de “débil mental”, em discurso na Câmara Municipal de Santa Maria (RS).

Coisas de Sucupira

Por não ter votado de acordo com as instruções da direção do PDS, no caso do projeto de devolução das prerrogativas do Congresso, o deputado Siqueira Campos (PDS-GO) acaba de levar um contravapor: teve sua ficha policial-militar, onde pululam acusações de estelionato, grilagem, falsificação de documentos, suspeita de homicídio e falsidade ideológica, liberada para a imprensa.

O Estado de S. Paulo, em editorial, considerou a manobra do governo “uma iniciativa mesquinha, uma vingança hedionda e um golpe baixo”. O deputado Silo Costa (ex-arenista, ainda sem partido) lembrou que se o governo conhecia os supostos crimes de Siqueira Campos e não o processou ou divulgou antes “é porque concordou, é conivente e tem a mesma culpa que alega contra Campos”.

O que fica claro, no entanto, fora a indignação moral, é que o regime usa a corrupção como instituição legítima: concede facilidades, por exemplo, para que o ministro Galvão por comodidade desvie um avião da rota usual e para que as ações da Vale do Rio Doce sejam manipuladas na bolsa. Aos amigos faz vistas grossas, enquanto eles permanecerem amigos. E a usa como instrumentos de chantagem sobre seus próprios correligionários, quando eles alimentam veleidades “independentistas”, como diria o não tão irreal prefeito de Sucupira, Odorico Paraguaçu.

Casta sem liberdade

O novo Estatuto dos Militares, apresentado ao Congresso na semana passada pelo general Figueiredo, concede uma série de privilégios aos militares, transformando-os numa “casta”, diz o deputado paulista Franco Baruselli, que também compara as regalias militares com a condição de aposentadoria de um civil: “um operário, ao se aposentar, passa a receber apenas 80% de seu salário”, enquanto um coronel, pelo novo estatuto, vai poder se aposentar com 30 anos de serviço (e não mais 35, como no anterior) e vai receber o salário de um general, ou seja, se aposenta com um soldo maior do que recebia na ativa...

Ao mesmo tempo em que recebem regalias econômicas, os militares têm diminuída sua liberdade de manifestação e têm direitos restringidos. O Estatuto proíbe aos membros das Forças Armadas “quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos dos superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político”. Ainda recentemente, com a também nova regulamentação das promoções militares, o general Figueiredo e seu grupo já haviam criado um instrumento adicional de controle sobre suas eventuais dissidências, ao banir das listas de promoções, logo na primeira vez, os militares excedentes das vagas disponíveis, que antes podiam ser “caroneados” (preteridos) até três vezes antes de passar à reserva.

Política estudantil, com humor e ironia

Cinco dias de debates, hinos e "charangas": os estudantes definem sua ação política

Tibério Canuto

Gritarias musicadas, samba, noites varadas a dentro, um preparo físico de fazer inveja à combatida seleção de Telê Santana, divergências levadas a extremo, polarizações em questões fundamentais, mas às vezes em questões secundárias e uma forma própria dos estudantes transar a política onde o humor e a ironia sempre estiveram presentes, compunham o quadro do 32º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na semana passada em Piracicaba, São Paulo.

E teve de tudo: estudantes protegidos pela polícia municipal, decisões cruciais para o movimento estudantil como a luta por 12% do Orçamento da União para a Educação e contra o repasse, a decisão pela escolha da próxima diretoria por eleições diretas, até um clima de absoluta liberdade de expressão, que passou por faixas do PCB saudando o 32º Congresso, mas também por outras tais como "Realce, Prazer" e faixas condenando ao mesmo tempo o descalabro educacional e com propaganda da fábrica de roupas Ellus. E tudo isto para não falar na propaganda da própria cachaça da UNE, a "única pinga conseqüente na luta contra a ditadura", patrocinada pela prefeitura de Piracicaba.

Se a presença de cinco mil estudantes, dos quais 2664 eram delegados, esteve abaixo da expectativa da diretoria da UNE que esperava 15 mil estudantes e seis mil delegados, nem por isto o Congresso deixou de ser um marco na afirmação da UNE. A começar pelo seu reconhecimento no cenário internacional, comprovado com a participação de representantes do secretariado da Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (OCLAE), da União Internacional dos Estudantes (UIE) e das entidades nacionais da Argentina, Venezuela, Chile e Panamá. No plano nacional, basta lembrar a participação de todos os partidos de oposição, de vários setores da sociedade e das Igrejas católica e metodista, esta a estimular a "rebelião conseqüente da juventude". A afirmação do congresso pode ser medida ainda pelos telegramas enviados pelos ministros da Justiça e do Trabalho e do prefeito de São Paulo Reinaldo de Barros, que os estudantes receberam com uma calorosa vaia.

Um misto de Fla-Flu com a gafeira Paulistano da Glória

Mas não se pode dizer que no Congresso tudo foi um mar de rosas. A morosidade nas discussões levou a um corte de 30% na pauta, e a briga de slogans e das torcidas organizadas ultrapassou em muito o aprofundamento da discussão política. Em certos momentos, as "charangas", as musiquinhas criavam um clima que era muito mais um misto do Maracanã em dia de Fla-Flu com a gafeira Paulistano da Glória, do que o clima de um encontro estudantil. Mas não faltou bom humor aos estudantes ao deparar com tal situação. No máximo gritavam "tira a

Participaram da cobertura do congresso da UNE: Flávio Diegues, Carlos Oliveira, Paulo M. Araujo e Tibério Canuto (coordenação geral).



Ruy abre o congresso, ao lado Barbieri, ao fundo (encobertos) deputado Geraldo Siqueira e Lula.

charanga", e quando os encaminhamentos começaram a se embaralhar nas votações, um deles fingiu-se de morto e foi carregado por colegas que traziam um cartaz com os dizeres: "morto de raiva". E quando a discussão chegou às quatro horas da madrugada da sexta-feira, o gesto foi repetido, só com o cartaz "morto de sono". Desnecessário dizer que tal ato foi amplamente ovacionado.

E se os estudantes digladiavam-se verbalmente e cada um apropriava-se da musiquinha do outro, a unidade sempre foi restabelecida quer quando se puxava o slogan "A UNE somos nós", como quando pairava no ar alguma ameaça da extrema direita. Aliás, para unificar os cinco mil estudantes, baixava puxar qualquer slogan contra Maluf, que seguramente desempenhou o papel da Geni do congresso. Foi essa coesão dos estudantes, ao lado do apoio dos outros setores, que deixou a extrema direita na defensiva, fazendo apenas pequenas escaramuças, como jogar pedra no ginásio onde se realizava a plenária e apagar a luz numa votação. Além disso, telefonemas anônimos de ameaças, uma carta apócrifa distribuída para a população tachando os estudantes de comunistas e a invasão de uma casa de um membro da pastoral da juventude da Igreja Metodista.

No mais, o bom senso se impôs em muitos momentos. Deram em nada as articulações que visavam fazer uma divisão no congresso entre quem era do Partido dos Trabalhadores e quem não era. Diga-se de passagem que essa tentativa recebeu a sua grande pá de cal pelo próprio presidente do PT, Lula, que na abertura conclamou os estudantes a não dividir a UNE a partir dos atuais partidos políticos. Também caiu no vazio a tentativa

de fazer a UNE apoiar explicitamente a Unidade Sindical.

Se desde a abertura do congresso, a guerra de slogans e musiquinhas já se fazia sentir com alguns puxando "preta, preta, preta, corrente e picareta" e outros gritando "PT, PT, PT aqui estão os soldados de Leon" (referências a Leon Trotsky, revolucionário russo e a seu assassinato a golpes de picareta), as batalhas começaram a se dar mesmo nas plenárias que começaram a partir da quarta-feira. Mas já bem antes o folclore se fazia ouvir: aos gritos de "revolução à vista" outros contrapunham: "que legal, que legal, reformista radical".

Uma grande questão: a delegação de Goiás desce ou não desce?

Na quarta-feira finalmente o congresso entrou na sua fase decisiva. A batalha é precedida por uma árdua disputa sobre o local onde deveria se instalar cada delegação. Cada qual procurava dispor os seus exércitos estrategicamente para que o poder de grito fosse mais forte. A diretoria da UNE decide indicar o lugar de cada delegação e um verdadeiro pandemônio instala-se quando é indicado o lugar da delegação de Goiás. Uma parte da delegação aceita e desce da arquibancada. A outra parte insiste em ficar ali, para estar junto da delegação do Rio, com quem se afina politicamente. Votação no plenário para decidir se Goiás desce ou não desce.

Apesar da manifestação do plenário, de que Goiás deveria descer, depois de 40 minutos, a parte de Goiás decide ficar onde estava. Na batalha verbal que a partir daí vai se travar, os delegados ligados à Unimep, à chapa Mãos à Obra que concorreu à UEE

de São Paulo e a UEE do Rio levam uma grande vantagem: contam com duas "charangas", com bumbos, chocalhos e apitos, o que as demais correntes não tinham.

Começa a guerra pela definição de como deve ser eleita a diretoria e duas propostas se apresentam: eleição em congresso e eleição direta. Na primeira proposta, o grande contingente vem dos que se articulam em torno da corrente conhecida em São Paulo pelo nome de Convenção, quase todos com camisa do jornal alternativo Tribuna da Luta Operária, da qual o diretor da UNE Aldo Rebelo vem a ser a grande expressão. Com essa proposta perfilam-se ainda Liberdade e Luta, Centelha, que tem a hegemonia do DCE da UFMG, além da Unidade e Democracia. No outro lado estão Mãos à Obra, as antigas Refazendo, Caminhando, Novo Rumo (Convergência Socialista).

E tudo começa tal qual num estádio de futebol em dia de decisão de campeonato nacional: "Oh, oh, oh... Congresso". E vem a replica: "oh, oh, oh... direta". E tome vazão à criatividade: "É hora, é hora, é hora, diretoria agora"; E o outro lado: "Na base, na base, na base, não houve discussão. Diretoria agora é um p... pacotão". Aldo Rebelo faz a principal defesa das eleições em congresso, apresentando esta como a posição adotada pela última reunião do Conselho de Entidades de Base (Coneg) e perfila seus argumentos: a tradição da UNE sempre foi a de eleger a sua diretoria no Congresso, mesmo nos tempos do Estado Novo. O Congresso "vai tirar um programa para a UNE e um eixo de luta. Portanto ele tem legitimidade para eleger a diretoria e será um erro não fazer isto pois é deixar o movimento estudantil sem cabeça no atual momento. A defesa de Aldo chega a entusiasmar e por um momento dá a impressão de que ele reverteu a tendência favorável às eleições diretas.

Papel picado, o plenário quase vem abaixo: as eleições serão diretas

No outro lado, Ruy César, atual presidente da UNE, apresenta o recurso da diretoria da UNE à decisão do Coneg, propondo as eleições diretas com o argumento de que dessa forma se atingirá um maior número de estudantes, a UNE será levada a um maior número de escolas, e se imporá uma derrota à ditadura, que não realiza eleições diretas e suprimiu as deste ano. Após várias defesas e ataques vem a votação. Vitória para direta, com quase 60% de adesão. Papel picado, o plenário quase vem a baixo e vem musiquinha: "tenho pena do choro de quem perde, pois o choro de quem perde não é choro, é chororô". Depois de 20 minutos de gritaria, vem o apelo à unidade e todos puxam "A UNE somos nós". Em seguida vota-se a data da realização da eleição da diretoria: 13 e 14 de novembro.

Extenuados por essa batalha e pelo samba que comeu solto e foi até a madrugada, a nova batalha se dá só na tarde de quinta-feira, mas não sem antes se manifestarem os primeiros resmungos contra os trabalhos: "assim vai mal. Congresso não é carnaval". Mas deixando os entretantos, o congresso enveredou pelos finalmentes e passou a abordar a questão do subsídio de verbas às escolas particulares e a questão de sua federalização.



RICARDO MALTA / AGENCIA F4

Apresentam-se três propostas que polarizam: a) nenhum subsídio às escolas particulares e a sua federalização, ou seja, a sua transformação em escolas públicas; b) subsídios para as escolas particulares sem fins lucrativos, com controle da comunidade universitária; c) subsídios para todas as escolas particulares com controle da comunidade universitária. A primeira proposta é defendida fundamentalmente por Liberdade e Luta e Convergência. A segunda, por Convenção e o bloco Caminhando-Refazendo e Organizando, que se unem nestas questões e a terceira posição defendida por Mãos à Obra e Unidade e Democracia. Também aí se dá a guerra de musiquinhas, com uns puxando "não, não, não a subsídio para tubarão". E outras: "queremos estudar, o governo vai pagar".

A turma da "guerra das estrelas" contra a "viagem ao centro da terra"

E vemos argumentos. Para os que eram contra os subsídios em qualquer situação, não cabia aos estudantes retirar as escolas privadas da falência, pois isso era tentar salvar economicamente os capitalistas do ensino. A segunda posição argumentava que se era injusto pedir subsídios para os grupos monopolistas do ensino, era justo defender o subsídios às universidades sem fins lucrativos, tentando transformar tais universidades em aliados dos estudantes contra a política educacional do governo. A terceira posição argumentava que não dava para fazer essa distinção entre as que são sem fim

Partidos políticos (entre eles o PCB), jornais alternativos, calças Ellus, todos saudando a UNE

Espanto na cidade: "o que estão discutindo até uma hora destas?"

Num dos raros períodos de descanso dos estudantes na semana passada em Piracicaba, entre infindáveis debates e votações, um grupo decidiu que seus slogans não deveriam ficar restritos às salas do Congresso. Na saída de um bar, por volta das dez horas da noite, formaram um cordão e desceram a Avenida Independência um pouco acima do Ginásio Municipal, local das reuniões, cantando: "uf, uf, uf, bazuca no Maluf", um dos refrões de maior sucesso dos congressistas e razão de um certo espanto e divertimento de várias pessoas na rua.

Principalmente nas proximidades dos locais de reuniões ou dos alojamentos, cenas semelhantes foram comuns na cidade: uma perturbação inevitável, devido à chegada dos cinco mil participantes do Congresso e que a cidade com certeza não pôde ignorar, principalmente os bares, padarias, bancas de jornais, etc., que dobraram suas vendas no pior dos casos.

"Esses meninos que chegaram aí já levaram todos os jornais", reclamou a um freguês habitual do dono de uma banca na praça principal da cidade, perto da Unimep, local onde estavam alojados cerca de 2.500 estudantes. Próximo ao Estádio Municipal, concentração óbvia de bares em vista dos jogos de futebol, a situação dos proprietários foi pior ainda (isto é, melhor ainda). Por volta das 11 horas da manhã, nos dias de plenárias, não havia mais pão, leite, presunto e queijo. No meio da tarde, a meia dúzia de bares e botecos já não tinha sequer cheiro de cerveja.

A despeito dessas perturbações, mesmo as mais incômodas como a entrada de um bando politicamente exaltado num ônibus, a tranquilidade e a ordem dos estudantes se tornou quase que um refrão, repetido por qualquer cidadão que se encontrasse na rua.

Piracicaba é uma cidade estudantil, uma parcela considerável de sua população é composta de universitários (cerca de 18 a 20 mil), muitos deles atraídos de outras cidades do interior pelas escolas locais, como a própria Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), que recebeu a UNE, a Escola Superior de Agronomia Luís de Queirós (ESALQ, ligada à USP), a Fundação Municipal de Engenharia, o Curso de Odontologia etc.

Os piracicabanos, portanto, estão acostumados ao comportamento característico dos estudantes, e não poderiam se deixar espantar totalmente pela chegada dos congressistas da

UNE, mesmo nos níveis em que se deu e apesar de uma curiosidade natural com a "estranha" capacidade dos estudantes em varar noites adentro discutindo. "Mas o que que eles estão discutindo até uma hora destas?", perguntou um dono de bar, com enorme e sincera perplexidade, no meio da noite de quinta-feira para sexta-feira.

A simpatia com que os estudantes foram recebidos parece ter sido obra basicamente do trabalho realizado nesse sentido por três setores: a Universidade, a prefeitura e a Igreja, principalmente a metodista. Beatriz Puga, funcionária da reitoria, explicou como foi feito o contato entre a UNF e a Unimep: "durante mais de um mês nós realizamos reuniões até que o DCE entrou em contato com o reitor Elias Boaventura e ele concordou em ceder a Universidade. Depois o Ruy Cezar esteve aqui e achou que havia condições de realizar o Congresso". A UNE ficaria com todo o controle da parte financeira e comercial (venda de bandeiras, camisetas, sanduíches, bebidas, livros, etc.). Compraria toda a alimentação, produzida meio a meio entre o refeitório da Unimep e as cantinas de escolas primárias da prefeitura. Os alojamentos seriam providenciados por ambas as partes, a prefeitura forneceria os colchões.

Através do prefeito João Herman Neto, Ruy acertou com o presidente da Guarda Municipal, major José Autigno Ferreira, como queria a segurança. Ligado ao setor de informações do Exército após a sua reforma em 72, a partir de quando começou a receber missões sigilosas nos países do Cone Sul especialmente, o major afirma que o esquema para o Congresso foi montado exclusivamente pela Guarda. No início cogitou-se de colocar o Exército de prontidão para qualquer emergência, mas a idéia foi abandonada na medida em que o general Figueiredo não se pronunciou a respeito. "Não sei se há agentes do SNI em Piracicaba, mas se houver, verão a excelente organização da UNE e o comportamento disciplinado e ordeiro dos jovens".

Mas o fator decisivo para a simpatia da população pode ter cabido prioritariamente à Igreja metodista, que nas semanas anteriores ao Congresso, de comum acordo com a Unimep, enviou grupos de jovens aos bairros da cidade para promover o Congresso. Durante a sua realização mantiveram grupos de "assistência espiritual" que, inclusive, acalmavam por



RICARDO MALTA / AGENCIA F4

Cachaça da UNE "para o povo", livros, jornais, apoio do reitor Elias (foto ao alto), do prefeito Herman (baixo) e até do Lions

telefone os pais que ligavam de lugares distantes preocupados com uma possível repressão ao congresso. A Pastoral da Unimep, prestigiada pela reitoria e vinculada à Igreja Evangélica de Piracicaba, foi a responsável por esse trabalho, e seu presidente, Nilo Belotto, inclusive foi "dremiado" com uma susseita invasão de sua residência na última quarta-feira por elementos estranhos.

Como a UNE, a Pastoral defende a plena redemocratização e o fim de qualquer repressão, diz Belotto, daí a aproximação, com a Pastoral colocando a serviço dos estudantes a força do seu trabalho, que entre outras coisas já organizou uma "caminhada" de mil pessoas em protesto pela poluição do Rio Piracicaba.

Para o reitor, que considera seu objetivo "abrir um espaço para o povo dentro da Universidade, onde ele possa discutir", e que o contato com a UNE foi uma rebelião "contra o saber oficial", não há dúvida sobre a resposta

positiva da população, devendo, segundo ele, "haver gente envergonhada, que esperava "um bando de baderneiros e comunistas e viram cinco mil jovens em ordem". Para confirmar sua impressão, ele revela que quando a prefeitura não pôde entregar os colchões prometidos, "sabe quem foi que me ajudou?" - o Lions Clube, "uma organização considerada conservadora". O Lions teria conseguido que os colchões fossem vendidos à reitoria e depois recomprados, ao fim do Congresso.

Mas Beatriz Puga considera que a população ficou mais para o indiferente, apesar da simpatia. Uma mostra disso seria o fato de que a campanha do tipo "adote um estudante" realizada para facilitar a acomodação dos congressistas, recebeu menos de 300 oferecimentos. Mas não há dúvida de que a simpatia, mesmo distante, foi muito bem recebida pelos estudantes, mais acostumados a bombas e cacetadas no passado recente.

uma grande questão polêmica surgiu: a constituinte. Deve-se apoiá-la?

lucrativo e as que não são, pois o central era o controle da comunidade universitária na aplicação dos subsídios. No final, vence a posição dos subsídios para as escolas sem fins lucrativos. E aí vem o coro: "Eu, eu, eu, A reforma se f..." e tome o troco: "Polícia! Polícia!" A troca de tais amabilidades leva Ruy César a dar um puxão de orelha nas duas partes.

O congresso passa a discutir a questão do boicote às mensalidades e ao repasse (prática das escolas de jogar os reajustes salariais dos funcionários para os alunos). Apresentam-se as propostas: o boicote geral; boicote ao repasse; e boicote ao repasse, sem indicação da forma de luta. Ganha esta última proposta. Em seguida vem a questão do índice das anuidades e novamente três propostas: congelamento das anuidades; nada além de 35%; e por um aumento único anual cujo índice será indicado a partir do desenvolvimento da luta. Ganha esta última.

E vem a batalha da greve nacional, onde os delegados exercitam toda a sua imaginação criadora. Os que combatem tal proposta, passam a caracterizar os seus opositores como a turma da "guerra das estrelas" (estariam no "mundo da lua"). Estes em contrapartida chamam o outro lado de a turma da "viagem ao centro da terra", para dizer que eram imobilistas que enfiam a cabeça num buraco. Cartazes com uma caveira com os dizeres "Greve até a morte", musiquinha puxando: "É ou não é, piada de salão, greve até a morte pensar que é solução". No final, é vencedora a proposta da diretoria da UNE que há de transformar o dia em que o Congresso Nacional for aprovar o Orçamento Público em um Dia Nacional de Luta pelos 12%.

O tempo urge e o congresso suprime determinados pontos da pauta, enfrentando de-



Aldo e Kalói: entre os dois, a maior disputa para a presidência

terminadas questões a toque de caixa. Rapidamente decide-se levar a luta pela democratização da universidade, propondo a luta por eleição direta em todos os cargos da universidade e a campanha por 1/3 na representação dos órgãos colegiados universitários. O salto seguinte é o momento político nacional, onde inicialmente apresenta-se oito propostas, com uma grande questão polêmica: a Constituinte.

Cinco horas da manhã, cansados, os estudantes enfrentam a questão da UIE

Mil nuances se anunciam, com alguns sendo contra a Constituinte agora, outros simplesmente sendo contra, mas nesse caso é clara a tendência do plenário: quase 90% puxam "um, dois, três, quatro, cinco mil. Constituinte Livre, soberana no Brasil". No final, aprova-se as seguintes campanhas a serem assumidas pela União Nacional dos



Estudantes: contra o terrorismo de direita e punição aos culpados; contra a Lei de Segurança Nacional; pelo reconhecimento da UNE e um Dia Nacional de Luta pela Democracia e pela Constituinte.

Cinco horas da manhã, já cansados, os delegados enfrentam a questão da filiação da UNE à OCLAE e à UIE, outro grande ponto polêmico. E duas propostas são apresentadas: a filiação da UNE à UIE e à OCLAE; b) não filiação antes de uma melhor discussão e de um melhor conhecimento dos critérios dessas duas entidades. Ganha a primeira proposta, com uma estreita margem de votos, após dois recursos negados, um dos quais para que a votação fosse individual. Esta proposta foi defendida por Aldo Rebelo. Em seguida o Congresso decide criar mais dois cargos na diretoria da UNE: Secretarias de Relações Internacionais e de Assistência Estudantil.

Passa-se para a questão mais quente: as chapas que irão concorrer em eleições diretas. Ledo engano quem pensa que essa ques-

tão só esteve na ordem do dia quando formalmente entrou, já às seis horas da sexta-feira. Desde a abertura do congresso que essa questão estava em pauta, só que nos corredores e em articulações que viraram um verdadeiro jogo de xadrez, só entendível por quem domina profundamente o *metier* das correntes estudantis.

Desde o início, estava claro que Liberdade e Luta e Convergência sairiam com uma chapa única. O mais, era especulação, a não ser a constatação de que um chapão da qual estivessem de fora apenas essas duas correntes não passava da retórica, pois as articulações marchavam em outros sentidos. A primeira tentativa de namoro começou pela possível composição de uma chapa encabeçada por Aldo Rebelo, o principal líder dos que se articulam em torno da "Convenção", com as antigas Refazendo, Caminhando e Organizando. Grande obstáculo dessa articulação: convenção, que já foi uma tendência única com caminhando, queria ver o diabo, mas não queria se compor com essa força, não reconhecendo sequer a sua existência. Convenção exigiu alto, chegando a reivindicar 10 dos 17 cargos na chapa, recuando em seguida. Quando essa articulação começou a afundar, houve uma breve especulação para a possibilidade de Convenção se compor com Organizando, Travessia e Centelha, que também não se concretizou. Às cinco horas da manhã, o que já se anunciava antes do congresso começou a acontecer: Convenção e Mãos à Obra começaram a se compor numa chapa, o que provocou um total realinhamento de forças.

Ao final, cinco chapas, uma delas encabeçada por uma mulher

A começar por jogar por terra a articulação que estava em curso entre Mãos à Obra e Unidade e Democracia (que tem hoje a direção do DCE da USP), as duas forças que no ano passado concorreram na mesma chapa Unidade, encabeçada por Paulo Massoca. Até às duas horas de sexta-feira, essas duas forças estavam juntas. Mas ao chegar a um ponto comum com Convenção, Mãos à Obra deixou de lado a Unidade e Democracia, e esta optou por sair sozinha. De outro lado, Centelha e Travessia, a primeira forte em Minas e a segunda em Pernambuco, decidiram se compor numa chapa única, sem articulação com mais ninguém.

Assim, ao final se inscreveram cinco chapas: a) a primeira composta por Mãos à Obra e Convenção, cujo candidato a presidente é Aldo Rebelo e da qual participa Marcelo Barbieri, atual vice-presidente da UNE; b) uma chapa composta pelas antigas Caminhando, Refazendo e Organizando, cujo candidato a presidente é Marcos Galvão (Kalói) ex-diretor da UEE de São Paulo; c) uma chapa composta por Unidade e Democracia, que terá o nome de "Unidade", encabeçada por Amâncio de Carvalho, da UEE do Rio de Janeiro. d) uma chapa Centelha-Travessia, encabeçada por Lídia Mata Machado, do DCE-UFMG, a única mulher a encabeçar chapa; e) uma chapa de Liberdade e Luta e Novo Rumo (Convergência), com Ricardo Melo, ex-diretor do DCE da USP, na presidência.

A julgar pelas manifestações do plenário, pelas votações existentes e do que se conhece dessas chapas no que diz respeito ao seu peso no movimento estudantil, a chapa composta por Convenção e Mãos à Obra leva vantagem inicial e aparece como favorita. Em segundo lugar viria a chapa encabeçada por Marcos Galvão (Kalói) e em terceiro lugar a chapa Unidade, encabeçada por Amâncio de Carvalho. Tudo isto, entretanto, representa só uma tendência, que poderá ser confirmada, ou não, durante a campanha que será realizada até os dias das eleições, a 13 e 14 de novembro.

A opinião da "massa": "democracia é isso mesmo".

Nem todos os estudantes que participaram do congresso fazem parte, evidentemente, de liderança que domina com perfeição os nem sempre claros caminhos — para os iniciantes ou leigos, pelos menos — da política estudantil. A maioria dos cinco mil participantes pertence à categoria que no jargão universitário é conhecida como "liderança intermediária", o grupo que faz a ligação entre a cúpula e as bases.

Movimento ouviu alguns desses estudantes para medir o seu grau de participação e a avaliação que fazem do congresso:

O estudante Osmany Costa veio de Curitiba para ver o Congresso da UNE. Como observador apenas, não delegado. Gostou principalmente do "clima de liberdade" e de "ver uma porção de gente discutindo".

É um bom observador. Gente discutindo no Congresso foi o que não faltou. Na quarta-feira depois do almoço, depois de um atraso de quatro ou cinco horas, havia poucas chances da plenária, marcada para as nove horas da manhã, começar rapidamente. Os delegados esperavam pacientemente a vez de se dirigir às mesas colocadas no centro do Ginásio Municipal e fazer o recadastramento - inevitável após a violação da caixa de crachás, - e que duraria até as seis horas da tarde. Enquanto uma parte dos delegados fazia o recadastramento, o resto se espalhou pelas ruas próximas, bebendo cerveja, dando voltas ... ou discutindo junto com suas delegações as questões principais do Congresso e a maneira de se conduzir durante a plenária.

O nível de discussões em geral foi considerado muito bom. Arlindo Veloso, delegado pela Veterinária de Baurú, acha inclusive que os congressos não deviam ser anuais, mas semestrais, por ser uma "boa forma dos estudantes



Nas plenárias, o som ritmado das "charangas"

participarem". Sônia Garcia, observadora pela Escola de Psicologia da Unimep, Piracicaba, gostou muito do Congresso, "porque a democracia é uma coisa maravilhosa, muito bonita". Principalmente "porque estamos num regime onde não se vê isso que está acontecendo aqui". Lá pelo meio da tarde de quarta-feira, o plenário estava praticamente lotado, e quem tinha decidido dormir um pouco no cimento das arquibancadas do Ginásio Municipal, teve que desistir, porque a briga de slogans ganhava cada vez mais adeptos. Os slogans são ritmados e mesmo musicados, criando um ambiente alegre, brincalhão.

Alguns delegados reclamaram, talvez assustados com a agitação frenética nas arquibancadas. "Isso aqui não é carnaval", justificou Joris Ruhland, da Universidade Federal de Santa Catarina, que acha que as "charangas" não deviam ser permitidas. Maria Beatriz, delegada pelo curso de Economia do Centro de Estudos Superiores do Pará, acha no entanto,

"que isso é assim mesmo. Só é ruim quando atrapalha a discussão". Também Maria Elizabeth, da Enfermagem da UFRJ, 18 anos, achou "meio barulhento", acrescentando porém que "democracia é isso mesmo".

Outro ponto que causou certa dificuldade, principalmente entre os delegados de participação mais recente no movimento estudantil (mas nem por isso menos ativos), foi a quantidade e as sutilezas das tendências. Uma das coisas que Maria Rosângela, da Unimep, está aprendendo, por exemplo, "é conhecer a tendência", dizendo que apoia todas que concordam com o PT: "você viu quanta gente gritando PT". Já Arlindo Veloso diz que não está ligando para nenhuma delas e de todas a que acha mais divertida é a Liberdade e Luta: "esses caras falam cada coisa..."

Essas pequenas dificuldades parecem ter sido superadas pelos delegados, que aprenderam a tirar o máximo proveito de uma certa confusão presente a todo momento, devido ao grande número de delegados, algumas falhas na organização e problemas inesperados como o do cadastramento. A maioria dos entrevistados achou bons, no geral, os debates da terça-feira, na verdade a base das questões que seriam apresentadas, defendidas e aprovadas (ou não) na quarta.

Tuva, por exemplo, da Escola de Serviços Sociais da UFRJ, tem essa opinião, embora o grupo de que participou (ensino) estivesse numa sala pequena para conter as cerca de 500, 600 pessoas presentes, criando problema com o número alto de inscritos, o pouco tempo disponível para cada um. José Astolfo, da Medicina da USP, adianta também outra opinião mais ou menos aceita entre os delegados entrevistados, de que o nível dos debates foi bom. Alguns acharam que o tempo e o espaço reservado aos debates foi curto demais. Josete, da Universidade Federal de Recife, "não achou legal": "eu inclusive gostaria de ter participado de mais de um debate". Ela apenas salienta que esse é o primeiro congresso (fora o de Salvador no ano passado, que foi um congresso de reconstrução) e diz que "para começo eu não sei se deveria esperar mais".

Arrocho nos de cima. Mas o tiro pode sair pela culatra

Depois de meses de discussões, os ministros do Trabalho (Murilo Macedo) e do Planejamento (Delfim Netto) chegaram a um acordo sobre as modificações na política salarial que serão encaminhadas ao Congresso para votação. Para os trabalhadores que ganham até 15 salários mínimos tudo continuou como antes. Daí para cima o arrocho veio firme.

Pela nova fórmula oficial, quem ganha de 15 a 20 salários mínimos passará a ter um reajuste correspondente a 50% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Já os que recebem de 20 mínimos para cima, terão direito a um reajuste automático correspondente a 50% do INPC até 20 salários mínimos. Para arrancar qualquer coisa acima disso do patrão, serão obrigados a barganhar. Nesse caso, a negociação é livre. Cada um conseguirá o que a sua situação no mercado e poder de fogo permitir.

Assim, se o reajuste para 20 mínimos (Cr\$83 mil) for de Cr\$17 mil, quem recebe Cr\$140 mil também só terá direito a esses Cr\$ 17 mil. Para conseguir mais, terá que negociar. Caso os que percebiam altos salários não obtenham nada além do oficialmente determinado, sua perda de poder aquisitivo será séria. Vamos supor, por exemplo, um INPC de 40% ao ano, com a nova fórmula quem ganha 20 mínimos terá uma perda no semestre de 4,6% e no ano de 9,4%. Para os que recebem 30 mínimos, a sangria semestral será de 12,6% e a anual de 26,8%. E para os que estão na faixa de 50 mínimos, o prejuízo ficará em 19% no semestre e 41,6% no ano.

Um exemplo a partir do INPC de outubro ilustra bem a questão. Esse INPC foi fixado em 34,42%. Pois bem, quem recebe 24 salários mínimos (Cr\$99 mil aproximadamente) terá um reajuste de 23,74% pela nova tabela salarial. Pela anterior, teria direito a 30,63%. Para os executivos na faixa dos 50m salários mínimos, o reajuste seria de 28,9%. Com as novas regras do jogo conseguiriam apenas 13%, sempre supondo é claro que esses assalariados não barganhem nada além do determinado pela fórmula oficial.

Cálculos realizados pelo ministério do Trabalho indicam que serão afetados pelas modificações 376 mil assalariados, correspon-

dendo a 1,8% da população empregada nos centros urbanos. Seu peso na folha de salários é, porém, bem mais significativo indo a 13,6%. Grande parte desse pessoal está empregado no setor de serviços (por exemplo em instituições financeiras e em agências de publicidade) controlado pelas empresas privadas e em empresas estatais. Portanto, o próprio governo foi um dos maiores beneficiários da alteração que propôs.

Cálculos realizados pelo Instituto Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, mostram que os ganhos da nova fórmula são bem significativos para as empresas. Assim, instituições financeiras com mais de mil empregados "que vinham reajustando o valor global dos salários em 0,4% acima do INPC, passarão a fazê-lo a uma taxa inferior ao INPC. Ou seja, o bolo salarial pago por essas empresas deverá aumentar (excluída a taxa de produtividade) menos do que o custo de vida médio nacional", diz a *Gazeta Mercantil*. Nas empresas comerciais com mais de mil empregados, o reajuste das folhas de pagamento passará a ser agora 0,8% superior ao INPC. Pela fórmula anterior, atingia 4,4%.

Não há dúvida, portanto, que a proposta do governo é um bom negócio para as empresas e não foi surpresa que os empresários tenham de maneira geral aprovado a alteração. Mas o que não dá para avaliar ainda é se os resultados serão os esperados pelo governo. Assalariados

que ganham mais de 15 mínimos são qualificados. Não são, supõe-se, facilmente substituíveis. Logo, é muito provável que nas negociações com as empresas consigam mandar a fórmula oficial às favas.

O governo alega que sua preocupação foi preservar o mercado de trabalho para os que recebem altos salários. Segundo os ministros do Trabalho e do Planejamento as empresas estavam sendo obrigadas a mandar pessoal qualificado embora, pois não suportavam os reajustes salariais (que eram de 80% do INPC).

Mas, como observou o economista Carlos Lessa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o tiro do governo poderá sair pela culatra. Caso o arrocho salarial para os qualificados seja mesmo para valer, isso levará a um desaquecimento da demanda. Esse desaquecimento significará menos encomendas às empresas e isso poderá agravar o problema do desemprego em vez de contribuir para minorá-lo. Exatamente o contrário do que o governo diz pretender.

A estratégia oficial de dar um arrocho nos altos salários, só poderia ser defendida se essa redução fosse acompanhada de uma transferência de renda para os trabalhadores que ganham menos. Mas, a alteração determinada na política salarial não levará a isso. Possibilitará apenas num primeiro momento que os lucros das empresas aumentem, graças à redução da folha de salários. **(Ricardo Bueno)**

	Antes	Agora
Até 3 SM	110% INPC	110% INPC
De 3 a 10 SM	100% INPC	100% INPC
De 10 a 15 SM	80% INPC	80% INPC
De 15 a 20 SM	80% INPC	50% INPC
Mais de 20 SM	50% INPC	Negociação livre

TERRAS

Cresce a presença estrangeira

No curto período de quatro anos - entre 1972 e 1976 - o número de propriedades fundiárias em mãos de pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil cresceu em 1.061,17% e o crescimento da área dessas empresas foi de 302,9%. Nesse período o número de propriedades estrangeiras cresceu 26 vezes mais que as nacionais e a sua área cresceu 6,58 vezes mais que as nacionais. E se foi mantida a mesma proporção constatada entre 72 e 76 - e não há nenhum motivo para acreditar no contrário - apenas as pessoas jurídicas estrangeiras deverão ser hoje proprietárias de um total de 18.986.585 hectares em 1980, o que corresponde a duas vezes a área do Estado de Santa Catarina, hoje o quinto produtor de alimentos do país, ou 4,16 vezes a área do Espírito Santo.

Esses dados, fornecidos pelo próprio INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foram compilados pelo deputado Arnaldo Schmitt (PP-SC), que nesta quinta feira falará na Câmara sobre o assunto. O ex-dissidente da Arena Arnaldo Schmitt, funcionário licenciado do INCRA, **expert** e defensor de uma reforma agrária bastante ampla e radical, havia solicitado ao INCRA a relação das empresas estrangeiras (físicas e jurídicas) com mais de 100 hectares no país. Algum tempo depois, Schmitt recebeu um calhamaço com dados até 1976, de 738 páginas, com uma média de 10 propriedades por página, mas incompleto.

Na lista das pessoas jurídicas não constam, por exemplo, os imóveis pertencentes à Volkswagen, à Suiá-Missu (hoje Liquifarma), a fazenda Bodoquena (então com 49% de seu capital controlados pelo grupo Rockefeller), entre outros. Do Projeto Jari constam nesta lista apenas os 1.004.593 hectares.

Nos últimos dois meses o deputado catarinense não tem feito outra coisa senão estudar o processo de desnacionalização da terra no país. Um processo que segundo ele "se acentuou vertiginosamente nos anos 70, por causa da legislação que incentiva os projetos estrangeiros. Schmitt cita exemplos como prova. Um deles é

o desmatamento de 9.300 hectares feito pela Volkswagen no vale do rio Cristalino, em Santana do Araguaia, no Pará, sem autorização do IBDF. Acionada com multa de 43 milhões a Volks, depois de contatos com várias autoridades do governo, conseguiu reduzi-la para pouco mais de 100 mil cruzeiros. **(ACQ)**

	EMP. NACIONAIS		EMP. ESTRANGEIRAS	
	Acréscimo no n.º de imóveis	Acrésc. na área	Acréscimo no n.º de imóveis	Acrésc. na área
No Pará	6%	9%	2.104%	13.398%
No Brasil	40,75%	46,02%	1.061%	302,9%

Alguns dos exemplos mais gritantes de desnacionalização de terras ocorreram no Amapá, onde não havia nenhuma propriedade jurídica estrangeira em 1972. Em 1976, porém, já haviam cinco, com uma área de 430.662 hectares. As empresas nacionais, em número de 29, detinham uma área total de 675.457 ha que foi reduzida em 358.795 ha, adquiridas por Daniel Ludwig. No Pará o número de empresas estrangeiras aumentou em 2.104%, passando de 21 imóveis em 1972 para 463 em 1976. A área dessas empresas aumentou em 13.397,8%

passando de 9.611 hectares para 1.297.335 ha, monopolizados praticamente por duas empresas apenas: o Projeto Jari e a Companhia Amazonas de Compensados e Laminados Ltda, cujo capital (99,7%) pertence à Georgia Pacific Corporation, com sede em Oregon, nos Estados Unidos. A Georgia, que é o maior produtor mundial de madeira compensada, tem 159 propriedades, num total de 429.130,9 ha nos municípios de Anajas, Sagres, Breves, Curralinho, Melgaço e Portel.

2 ou 4 bilhões?

Mais uma vez a realidade desfaz os sonhos oficiais. No começo deste ano, o ministro Delfim Netto dizia que a balança comercial (exportações menos importações) não teria déficit. Entretanto, o próprio ministro da Fazenda, Ernani Galvêas, anunciou, no último dia 13, que o déficit acumulado de janeiro a setembro atingiu US\$ 2,9 bilhões. Galvêas anunciou também um grande esforço para fechar o ano com um déficit de "apenas" 2 bilhões de dólares.

O ex-ministro da Fazenda, Karl Rischbieter, demitido no começo do ano quando disse que o déficit poderia ser de US\$ 5 bilhões, não acredita nessa precisão. Para ele, o déficit de 1980 poderá ser de US\$ 4 bilhões.

Quadro sombrio

O último relatório do Chase Manhattan Bank — o maior banco norte-americano — faz previsões sombrias sobre a economia brasileira em 1981. A inflação atingirá a marca de 150% e, numa situação claramente recessiva, a produção real (o PIB) terá um decréscimo de 3%. A agricultura crescerá apenas 3,5%, e a indústria e serviços terão crescimentos negativos de 4,6% e 2,8%, respectivamente. Os investimentos estrangeiros serão da ordem de 1,6 bilhão de dólares, os empréstimos e financiamentos atingirão 17,3 bilhões de dólares, e a dívida externa chegará a US\$ 67,4 bilhões.

Como se vê, as visitas que Delfim Netto fez no começo do ano não conseguiram desfazer o pessimismo da comunidade financeira norte-americana.

O Brasil já atingiu os limites da capacidade de empréstimos dos próprios bancos internacionais. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, os bancos emprestam "entre 40 a 60% de seu patrimônio a países como o Brasil. Como os 100 maiores bancos estrangeiros têm hoje um patrimônio de US\$ 113 bilhões, podemos admitir que emprestem até 50% desse valor, ou seja, US\$ 56,5 bilhões". Ou seja, praticamente a atual dívida externa brasileira.

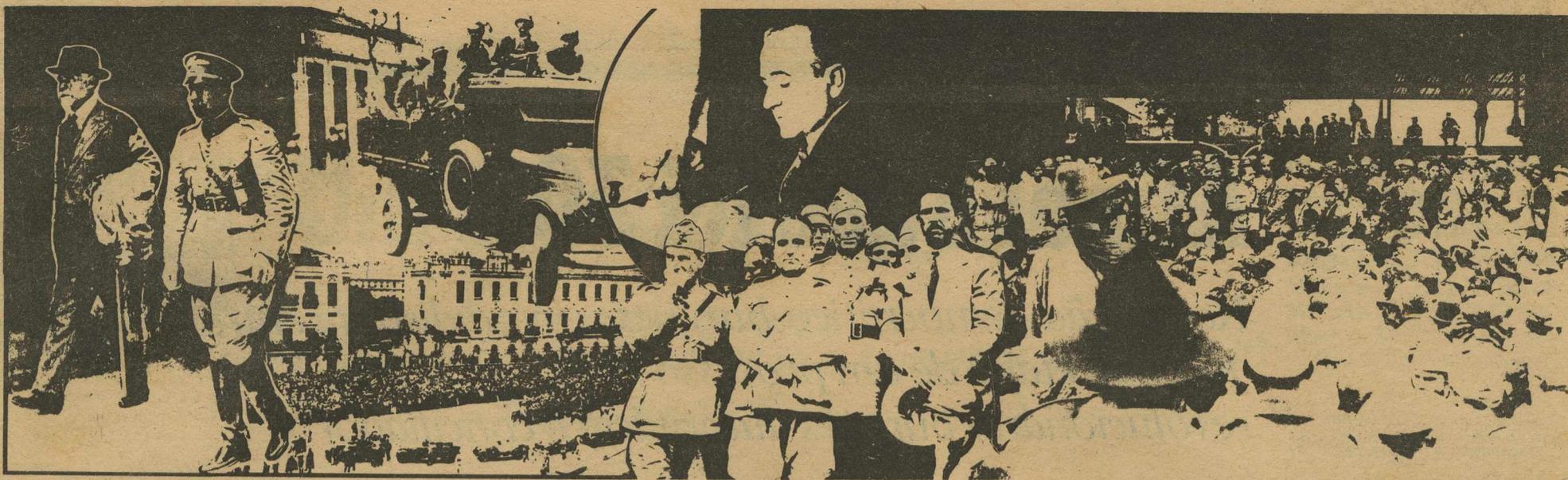
Duas saídas

Entre as saídas para a crise econômica brasileira existem desde aqueles que sugerem a necessidade de o país recorrer ao Fundo Monetário Internacional até aqueles, como o ex-prefeito paulista Olavo Setúbal, que defendem a aplicação de um Plano Marshal, uma maciça ajuda internacional para o país.

Para o economista Celso Furtado, existem duas alternativas para sair da crise com apoio externo. Uma delas seriam grandes investimentos estrangeiros "no aproveitamento de recursos não-renováveis", como Carajás, comprometendo o futuro do país. A outra saída seria a transformação da economia brasileira "numa economia altamente exportadora de manufaturas", produzidas aqui pelas mesmas multinacionais que atuam no sudeste asiático e em outros países do 3º Mundo. Para isso, o Brasil precisaria desnacionalizar ainda mais sua economia.

O resultado da reunião do Conselho do Desenvolvimento Econômico do dia 15 parece confirmar as previsões de Celso Furtado. Nessa reunião, o general Figueiredo aprovou o projeto Carajás, considerada a mais rica província mineral do planeta. Inicialmente, serão investidos US\$ 2,5 bilhões num projeto de minério de ferro. O projeto, que será concluído em 1985, receberá investimento de US\$ 30 bilhões, em minérios, agricultura, indústria e infra-estrutura — com estradas de ferro para escoamento da produção e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, que fornecerá energia. Carajás irá produzir minérios de ferro, cobre, alumínio, níquel, manganês, estanho e ouro. Produzirá também carvão vegetal — com madeira da floresta amazônica — arroz, milho, feijão, mandioca, soja, cana de açúcar, dendê e babaçu, além de existir mais de um milhão de hectares reservados para pastos.

O projeto não deve despertar muitas esperanças no povo brasileiro, entretanto, já que — definido como altamente prioritário — produzirá basicamente para a exportação, na eterna busca de divisas para equilibrar a balança comercial do país e garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida externa.



ESPECIAL
Oito páginas
sobre
a Revolução
de 30

Cai a velha República

Há 50 anos, um movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas depôs o presidente Washington Luiz e a República Velha

O movimento político-militar que pôs abaixo a República Velha e colocou Getúlio Vargas no centro da política brasileira por mais de 20 anos, durou exatamente um mês. No dia 3 de outubro, às 17,30 horas, em Porto Alegre, um grupo de 50 homens, comandados pessoalmente por Oswaldo Aranha, atacou o Quartel General do Exército, iniciando o levante revolucionário. A hora foi escolhida porque o expediente militar se encerrava às 17 horas; o quartel estava guardado apenas por 7 homens. Quase ao mesmo tempo, outros quartéis e postos de comunicação eram atacados pelos revoltosos. Às 22 horas, Porto Alegre estava nas mãos dos revolucionários. Dois dias depois, todo o Estado sulino estava sob controle do governo rebelde de Getúlio Vargas.

Formou-se então uma coluna revolucionária — com tropas da polícia estadual, forças dissidentes do Exército e batalhões improvisados de voluntários —, que tomou Santa Catarina no dia 5 e penetrou imediatamente no Paraná; no dia 10, as tropas revolucionárias entravam em Curitiba sob aclamação popular. No dia 11, Vargas transmitiu o governo do Rio Grande do Sul a Oswaldo Aranha e viajou no dia 12 para assumir, ao lado de Gomes Monteiro, o comando das forças rebeldes em Ponta Grossa, no Paraná. As tropas avançaram então para São Paulo. Mas em Itararé, na fronteira de São Paulo com o Paraná, esperava-as forte contingente militar fiel ao governo, sob o comando do coronel Paes de Andrade. Os combatentes se detiveram de lado a lado, preparando-se para uma grande batalha, que afinal não houve.

No dia 23, a coluna revolucionária chegava à Magé

No dia 3 de outubro, às mesmas 17,30 horas, tinha início o levante na capital mineira, com apoio do governo estadual. Rapidamente, o Estado foi controlado, à exceção do quartel do 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, que resistiu até o dia 8. Formou-se então uma coluna revolucionária que, no dia 14 de outubro, invadiu o Espírito Santo e no dia 19 ocupou, praticamente sem luta, a cidade de Vitória. Logo em seguida era invadido o Estado do Rio. No dia 23, a coluna revolucionária

chegava a Magé, ameaçando a capital federal.

Responsável pelo levante no Nordeste, o tenente Juarez Távora não conseguiu sublevar Recife no dia 3. Seguiu então para a Paraíba onde, na madrugada do dia 4 de outubro, com a ajuda dos jovens oficiais Juracy Magalhães, Agildo Barata, Jurandir Mamede e Paulo Cordeiro, deu início ao movimento revolucionário. Tomada a Paraíba, formaram-se duas colunas. Uma seguiu para Recife, onde revoltosos civis, com apoio de populares, já haviam atacado quartéis, e apreendido armas. A outra coluna, sob o comando de Juarez, ocupou o Rio Grande do Norte no dia 6, o Ceará no dia 8, o Maranhão no dia 9. Paralelamente, saindo de Recife sob o comando de Juracy e Agildo Barata, a primeira coluna tomava Alagoas no dia 10, Sergipe no dia 16 e chegava à fronteira da Bahia, onde se defrontou com a resistência de tropas fiéis ao governo. Ainda no dia 4 de outubro, revoltosos locais tomavam o poder no Piauí; mas tentativa semelhante foi sufocada pelo governo do Pará.

Por volta do dia 20 de outubro, a situação do governo de Washington Luiz já era, portanto, muito precária. Ainda assim, Washington Luiz teimava em resistir; chegou a convocar reservistas. Mas seus próprios chefes militares, o abandonavam. Quando uma coluna revolucionária chegou a Magé, eles decidiram, para "evitar uma guerra civil", afastar o presidente. No dia 24 de outubro, cercaram o Palácio do Catete e, com a ajuda do cardeal-arcebispo do Rio, dom Sebastião Leme, conseguiram convencer o presidente a retirar-se para o Forte de Copacabana, onde permaneceu preso por dois dias, até sua partida para o exílio.

Deposto o presidente, foi organizada, ainda no dia 24, uma Junta Governativa, integrada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. A Junta ensaiou conservar o poder, em nome da "pacificação nacional". Afastou os presidentes (os governadores eram chamados assim na época) de São Paulo, Rio, Bahia, Goiás e Mato Grosso e chegou a nomear um ministério. Mas não havia mais como oferecer resistência às tropas rebeldes, que ameaçavam marchar sobre o Rio de Janeiro. No dia 28, chegaram ao Rio, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor e, mediante certas garantias, conseguem da Junta o compromisso de transferir o poder a

Getúlio. No dia 31, Getúlio desembarcou no Rio Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor e, Ferro Central do Brasil. No dia 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, assumiu, segundo suas palavras, "provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução".

Depois do levante, o fim da política do "café com leite"

Estavam encerrados os dias da Velha República, proclamada pelo marechal Deodoro da Fonseca em 1889. Depois de um período de disputa entre os vários setores integrantes da frente republicana, a Velha República havia se convertido, a partir da gestão de Prudente de Moraes (1894-1898), numa forma nova para a velha dominação da oligarquia agrário-comercial. O eleitorado era muito restrito, já que não votavam as mulheres nem os analfabetos. Com a ajuda de "cabos eleitorais" e tropas de jagunços, era fácil aos "coronéis" do interior manter o controle de seus "currais". Além disso, o voto era a descoberto; as atas eleitorais, feitas "a bico de pena", eram constantemente falsificadas. Os "coronéis" mais poderosos controlavam os governos e os partidos dos Estados (na época, não havia partidos nacionais). O presidente Campos Salles (1898-1902) aperfeiçoou esses mecanismos, instituindo, por um lado, a "política dos governadores", pela qual presidente e governadores dos Partidos Republicanos se respeitavam e apoiavam mutuamente; e por outro lado, a "política do café com leite", pela qual os Estados médios e pequenos acatavam a hegemonia de São Paulo e Minas, que se revezavam na presidência.

Ao mesmo tempo, toda a máquina administrativa e financeira do governo federal se voltava para favorecer a economia agro-exportadora, principalmente a lavoura e o comércio do café.

Essa política teria que suscitar a resistência crescente dos que eram prejudicados por ela. Daí rebeliões camponesas, como as de Canudos e Contestado; o avanço do movimento operário, sindical e político; a renovação da intelectualidade, como no movimento modernista; e as revoltas "tenentistas" de 1922, 1924 e da Coluna Prestes. As vezes acirravam-se as dissensões no próprio

bloco dominante, como revelam a Campanha Civilista do baiano Rui Barbosa em 1910 e a Reação Republicana do fluminense Nilo Peçanha em 1922. Mas é a partir da superprodução de café, da queda nos preços internacionais do produto, do endividamento descontrolado do país e finalmente da crise mundial de 1929 que a economia agrário-exportadora entra em crise fatal e com ela as velhas formas de dominação oligárquica.

Para agravar, Washington Luiz rompe a política do "café com leite", indicando para sucedê-lo outro paulista, Júlio Prestes. Forma-se então uma ampla frente contra Washington Luiz e a República Velha, abrangendo as oligarquias dissidentes de Minas, Rio Grande do Sul, Paraíba e São Paulo, a maior parte dos "tenentes históricos" e setores industriais, médios e operários. A Aliança Liberal tenta, primeiro, o caminho das eleições; parte depois para a solução armada, afinal vitoriosa.

No entanto, a composição heterogênea da frente que se formara em torno do coronel estancieiro Vargas, teria que levar às agudas lutas que marcam os anos 30 e 40. Através dessas lutas, o movimento de 30 ultrapassa a intenção original de seus patrocinadores de fazer meros rearranjos na economia primário-exportadora e na dominação oligárquica; os governos Vargas acabam realizando verdadeiras transformações burguesas no Estado, na economia e na cultura, embora de forma limitada e autoritária. É essa feição complexa e contraditória do movimento de 30 que suscita até hoje vivos debates; mas lhe dá também toda sua atualidade, pois no fundo se trata de compreender as origens, as formas e as perspectivas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nas páginas 10 e 11, discutem-se as várias interpretações sobre o movimento de 30 e suas consequências; na página 12, analisa-se a atuação do Partido Comunista em 30 e 35; nas páginas 12 a 16, retoma-se a polémica sobre as causas e o significado do movimento de 30 em entrevistas com Jacob Gorender, Sérgio Silva, Edgar de Decca e Eli Diniz. (Duarte Pereira)

Participaram deste trabalho especial sobre a revolução de 30: Roldão de Oliveira, Roberto Martins, José Ladou Arantes, José Carlos Ruy, Decio Sues (assessor), Agostinho Gizé e Elifas Andreato (desenhos) e Duarte Pereira (coordenador).

UNIDADE SINDICAL/SP

Sindicatos elegem executiva que tem de Lula a Joaquim

Depois de vários adiamentos, os sindicatos de trabalhadores de São Paulo elegeram no último dia 11, a comissão executiva da Unidade Sindical. Na mesma reunião, os 32 sindicatos presentes aprovaram, ainda, o texto final do regimento da entidade que tem, como objetivos principais, lutar pela liberdade e autonomia sindicais perante o Estado e pela independência diante dos partidos políticos, defender o livre direito de greve e a livre negociação coletiva de trabalho entre trabalhadores e patrões e organizar a Central Única de Trabalhadores.

Embora a votação tenha transcorrido num clima de tranquilidade, o Sindicato dos Gráficos absteve-se de votar porque a proposta apresentada pela sua diretoria, de que não deveriam ser indicadas entidades mas sim nomes de dirigentes sindicais, perdeu no plenário. O critério aprovado foi o de que a comissão executiva da Unidade Sindical seria composta por entidades, que podem indicar livremente seu representante. Na opinião de alguns dirigentes sindicais, a proposta apresentada pelo Sindicato dos Gráficos tinha como objetivo isolar da comissão executiva o nome de Lula.

Com exceção do Sindicato dos Gráficos,

todos os demais participaram da votação elegendo a comissão executiva composta pelas seguintes entidades: Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Sindicatos dos Jornalistas, Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (os três sindicatos mais votados), Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Sindicato dos Médicos, Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Federação dos Trabalhadores em Empresas Urbanas, Federação dos Químicos, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Sindicato dos Padeiros e Sindicato dos Bancários. Como suplentes (o regimento prevê uma executiva de 11 membros e 3 suplentes) ficaram o Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

O resultado das eleições foi considerado satisfatório pelas várias correntes que compõem o movimento sindical pois a composição da comissão executiva contempla, em certa medida, as diferentes posições. E o bloco de sindicatos que se alinha com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não conseguiu, como transparecia a princípio, um controle absoluto da comissão executiva.

METALÚRGICOS/BH

O acordo é aprovado. Mas a categoria fica insatisfeita

"Este acordo não será assinado. Terá que ser engolido pela categoria, já que está longe de satisfazer às nossas necessidades. Este foi o comentário feito por um metalúrgico mineiro, logo após o encerramento da assembleia realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem na segunda-feira passada, quando foi aprovado o acordo com os patrões.

A manifestação do trabalhador se justificava. Afinal, os resultados da campanha salarial ficaram muito distantes das reivindicações apresentadas: o acordo estabelece uma taxa de produtividade escalonada, que vai de 7% para quem ganha até três salários mínimos, até 2% para a faixa acima de 10 salários mínimos, quando os trabalhadores queriam 15% além do INPC. O piso salarial foi fixado em Cr\$ 7.640 (a reivindicação era de Cr\$ 10.000,00) e o reajuste trimestral não foi concedido. Quanto à estabilidade no emprego e imunidade para o delegado sindical - outras das reivindicações básicas - nem chegaram a ser discutidas.

Apesar de aprovado o acordo, a campanha não pode ser considerada como uma vitória para o presidente do sindicato, João Silveira, que realizou várias manobras para impedir a organização da categoria: a diretoria chegou até, segundo denúncias dos operários, a jogar fora, na rua, os boletins de convocação que seriam distribuídos nas portas das fábricas. Mas não foi só João Silveira que se desgastou. Alguns militantes sindicais, que ganharam prestígio na greve passada, como o metalúrgico Albenzio, também perderam pontos junto à categoria por terem se colocado ao lado da direção sindical. Na assembleia de encerramento da campanha, Albenzio foi vaiado a ponto de não conseguir falar.

Mesmo após a aprovação do acordo, João Silveira continuou manobrando. Impediu que a metalúrgica Isabel, que estava inscrita para falar, chegasse ao microfone, desacatou a oposição sindical e a metalúrgica e só não a agrediu porque foi impedido. Tudo isso porque Isabel pretendia colocar em votação três propostas: formação de uma comissão para garantia do acordo, realização de novas assembleias para avaliação do movimento e realização de reuniões mensais

da categoria. Essas propostas, no entanto, não chegaram a ser votadas. João Silveira encerrou a assembleia antes.

Embora tenham mudado de tom em relação à postura assumida nas negociações do ano passado, os empresários do setor de metalurgia, reunidos no Grupo 14 da Fiesp, continuam tendo o mesmo comportamento intransigente em relação às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Essa é a avaliação feita por Henos Amorina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, após as duas reuniões de negociação realizadas entre os representantes dos metalúrgicos de São Paulo, Guarulhos e Osasco e o Grupo 14.

Até agora, os empresários não fizeram nenhuma concessão às 32 reivindicações apresentadas e os pontos já acordados são justamente os mesmos que constam dos acordos anteriores: com duas pequenas modificações: extensão da estabilidade do trabalhador em idade de prestação de serviço militar e permissão da afixação do quadro de avisos do sindicato em empresas com mais de 500 trabalhadores. Na segunda reunião, o presidente da comissão de negociação do Grupo 14, Nildo Masini, disse claramente que os empresários não estão dispostos a negociar os temas ligados a reivindicações "político-sociais", como é o caso da representação sindical.

EXPULSÃO

João Lins, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, SP, decidiu sair do Partido dos Trabalhadores, depois que a comissão municipal do partido decidiu propor sua expulsão. A medida foi aprovada porque Lins, temendo ser derrotado nas próximas eleições pela oposição, resolveu, ao contrário do que diz a legislação, publicar o edital de convocação das eleições em um jornal pouco lido na região do ABC: O Diário Popular. A coisa foi feita de forma tão sigilosa que nem os membros de sua própria diretoria sabiam da convocação das eleições. Resultado: no último dia da inscrição das chapas, 29 de setembro, só a chapa de João Lins inscreveu. A oposição, liderada por José Ferreira da Silva, o "Frei Chico", irmão de Lula, entrou com pedido junto à DRT para impugnar a inscrição da chapa única.

RICARDO MALIA - AGENCIA F4



Na manifestação de São Paulo, os slogans da campanha nacional

PROFESSORES

Uma semana movimentada: protestos, passeatas, greves

Greve em quase todas as escolas da rede estadual do Paraná, passeatas em várias capitais e entrega de um documento, com cerca de 50 mil assinaturas de professores de quase todo o país, ao ministro da Educação, Eduardo Portella, reivindicando reajuste semestral a partir de 1º de outubro: foi dessa forma que os professores brasileiros comemoraram o seu dia, 15 de outubro. Não houve festas, nem homenagens, mas luta contra a situação salarial da categoria.

Os professores paranaenses, que já estavam em greve desde o dia 5, exigindo do governo piso de três salários mínimos, reajuste semestral e cumprimento do Estatuto do Magistério, decidiram prosseguir com a paralisação, surpreendendo as autoridades estaduais. O governo paranaense esperava que a assembleia, realizada na cidade de Londrina, pusesse fim à greve, depois que foi concedido aumento de 70%. Mas os professores, que não tiveram todas as suas reivindicações atendidas, decidiram não voltar às salas de aula até o próximo dia 21, quando será realizada nova assembleia. Mesmo afirmando que não tem intenção de punir os grevistas, o secretário da Educação do Paraná, Edson Machado, logo que soube do resultado da assembleia, pediu à Secretaria da Segurança que garantisse o policiamento na porta das escolas.

PUC de Campinas

Os professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas também viveram o "Dia do Professor" em greve. Só que, ao contrário dos professores de

Curitiba, não reivindicam aumento salarial, mas pagamento dos salários que estão atrasados.

A greve na PUC de Campinas foi deflagrada na segunda-feira passada pois o pagamento do salário de setembro, que deveria ter sido realizado no dia 5, não saiu. Além dos salários em dia, os professores exigiam imediata regularização dos seus contratos de trabalho e a concessão, pela reitoria, do direito de defesa a dois ex-diretores da Associação dos Professores e a um associado demitido no início deste ano.

Logo após a deflagração da greve, a reitoria da PUC atendeu a duas das reivindicações. Mas disse que não poderia pagar os salários sob a alegação de que os alunos estão boicotando o pagamento das mensalidades, aumentadas em 46,6%. A argumentação não convenceu os professores porque o boicote, embora seja real, é relativo às mensalidades de outubro. Diante da falta de perspectiva para a crise, tudo indicava que, a partir desta ou da próxima semana, a PUC entraria em greve geral. E a reitoria poderia decretar recesso escolar a qualquer momento.

Os grevistas enfrentam, ainda, outro problema. A completa omissão do Sindicato dos Professores das Escolas Particulares que, não só se omitiu, como vem impedindo a sindicalização dos professores da PUC, sob a alegação (extra-oficial é claro) de que não podem ser admitidos professores ligados à oposição sindical. Para os professores, esse comportamento do Sindicato é resultado da esclerose de que é vítima o atual presidente, José Godoy, em virtude de seus quase 20 anos no cargo. (AAC).

Funai erra de novo

Mais uma arbitrariedade da Funai. No final de setembro, o órgão transferiu cerca de 100 índios Caiová, que viviam na fazenda Paraguassu, na região da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, para diversas áreas indígenas próximas. A medida foi criticada pela Regional do Cimi por dois motivos: jogar índios de um mesmo local em diversos postos diferentes e aumentar ainda mais a população dos já superpovoados postos indígenas do Mato Grosso do Sul. Segundo o Cimi, a medida correta seria a manutenção dos índios na fazenda e a sua desapropriação.

Justiça sob pressão

Durante dois dias da semana passada, 437 oficiais de Justiça do Rio de Janeiro realizaram uma greve branca. Como consequência, o movimento nas Varas Cíveis e da Fazenda Pública caiu em 90%. Os oficiais de Justiça pretendem, com essa pressão, que o presidente do Tribunal atenda sua reivindicação, apresentada há quase um ano: aumento do piso salarial de Cr\$ 11.500,00 para Cr\$ 19.000,00.

Demissão no porto

Nobel Soares de Oliveira, um dos líderes da greve dos portuários santistas, em março deste ano, acaba de ser demitido pela Companhia Docas de Santos, apesar de seus 12 anos de serviço, com uma folha, impecável de serviço. Nobel de Oliveira vê sua demissão como uma ameaça aos demais trabalhadores que se destacaram na greve e conta que viola

frontalmente o acordo coletivo de trabalho. Uma das cláusulas previa a estabilidade, por 12 meses, para todos os trabalhadores da Companhia.

Aumentam as faltas

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Administração de Pessoal, junto a 135 indústrias do Estado de São Paulo revela que, nos últimos seis anos, cresceu o número de faltas ao trabalho, com reflexos imediatos nos custos e - a curto, médio e longo prazo - na produtividade das empresas. Se em 1975 o absentismo representava 3,94% da mão-de-obra pesquisada, em 1979 a taxa foi fr 4,49%. As três principais causas do absentismo, segundo a pesquisa, são: saúde e alimentação, higiene e segurança do trabalho e problemas e necessidades do empregado e sua família.

Música na periferia

No dia 25, às 18 horas, o Comitê Santo Dias da Silva apresenta, em São Paulo, o show "Santo Dias de Luta", em apoio ao trabalho de denúncia aos métodos em que segue o julgamento dos soldados da PM que participaram do assassinato do operário Santo, na greve dos metalúrgicos de São Paulo no ano passado. Vai ser no Salão Beta da PUC (rua Monte Alegre, 984 - Perdizes). O show reúne grupos de teatro e música da região sul da cidade, como o "Galo de Briga", Jean Carlo, "Choque Cultural de Vila Remo", Chiquinho Fuzê, "Capoeira Corrente Libertadora" e "Violeiros de Interlagos" (três metalúrgicos). Com ingresso a Cr\$ 80,00, o Comitê também quer aproveitar a oportunidade para acertar shows em outras regiões da cidade e divulgar seu trabalho (JW).

Polônia

Os sindicatos livres já são a maior força. Antes do PC, da Igreja etc.

A organização sindical independente "Solidariedade", com mais de quatro milhões de membros, será a maior agremiação da Polônia, ultrapassando o POUP (Partido Operário Unificado da Polônia, no poder). No final da semana passada, se considerava que os impasses surgidos nas negociações com o governo haviam sido superados e que era iminente a aprovação de seus estatutos. Praticamente todas as exigências dos trabalhadores haviam sido aceitas pelas autoridades, inclusive a de que não constasse nos estatutos uma referência explícita ao "papel dirigente do Partido".

Por outro lado, Mieczyslaw Grad, secretário do Conselho Central dos Sindicatos da Polônia (atrelado), declarava em entrevista divulgada pelo jornal Kurier Polski, de Varsóvia, que, ainda este mês, deverá ser dissolvida a estrutura sindical oficial, porque todos os sindicatos deixaram ou pretendem deixar o Conselho. O Conselho congregava 23 sindicatos, mas "sete deles, inclusive os dos metalúrgicos, ferroviários, empregados do setor cultural, marinheiros e estivadores transformaram-se em sindicatos independentes. Os outros 16 também se dispõem a seguir o exemplo", afirmou Grad.

Alimentados por sua primeira vitória — o direito à existência — os sindicatos independentes não param de se reforçar. A quase totalidade dos operários das grandes empresas, inclusive militantes do Partido, são membros seus. Em várias cidades, como Wrocław, "Solidariedade" se implantou em todos os meios profissionais. E o movimento ganha atualmente o campo, esperando-se que, muito em breve, sindicatos camponeses conquistem também o direito de existir.

Numa calma sempre absoluta, a sociedade polonesa inteira está em vias de se organizar — no interior do sistema, pois ela não o contesta — mas num formidável contrapoder que modifica a sua natureza. Antes, os dirigentes governavam — o país, uma cidade, uma empresa — por decretos.



Walesa: triunfo em Varsóvia

Agora, eles são obrigados a discutir ou, no mínimo, levar em conta as objeções previsíveis antes de decidir sobre o nível dos salários e dos preços, a produtividade, o planejamento, mas também sobre a política cultural, a censura, a organização do ensino, numa palavra, sobre quase tudo, exceto a política externa — um tabu tácito e coletivo.

O papel dirigente do Partido não é ameaçado por ninguém. E sua vida interna inclusive, salvo em 1956, jamais interessou tanto aos poloneses, que fazem hoje quase tantas filas para comprar jornais quanto para comprar carne. Mas a permanência desse papel dirigente tem um peso relativo, na medida em que o Partido não dirige mais. E por duas razões tão profundas que ameaçam durar.

A primeira é que a luta de tendência e facções praticamente o paralisaram. Elas opõem inicialmente os homens que foram favorecidos por Gierek àqueles que os descartaram e conquistaram a direção. Murmura-se mesmo que alguns antigos dignitários poderão em breve ser levados diante de um tribunal. Sobre a política a seguir, porém, as correntes se compõem, por não poderem agir de outro modo.

A segunda razão do imobilismo do Partido é a sua ignorância, como a de todo mundo, sobre o rumo que vai tomar a vaga que submerge o país. Impedido de pesar sobre ela por sua paralisia interna, ele se encontra impedido também de definir uma política — sobretudo econômica — que se arriscaria a ser ultrapassada ou a tornar-se inaplicável em algumas semanas.

Hoje, o impacto dos sindicatos preocupa bem mais o poder que o da hierarquia católica, que perdeu um monopólio que antes de agosto jamais havia sido ameaçado pela oposição leiga. Individualmente, cada sindicalista ou quase é um católico fervoroso, respeitador e atento às posições dos bispos. Coletivamente, os sindicalistas são, antes de tudo, conduzidos por uma dinâmica social que eles controlam pouco e pela situação geral do país.

O mesmo vale para a oposição legal. Por um lado somente, mas não negligenciável, a explosão não teria sido impossível sem a existência mantida a duras penas, desde 1956, dessas ilhas de livre expressão que eram as revistas católicas liberais de esquerda e o clube dos intelectuais católicos (KIK); sem a atividade de defesa dos direitos humanos desenvolvida pelo KOR (Comitê de Autodefesa Social) desde 1976; sem em menor medida, os gritos de alarme do DIP, clube em que se reúnem os intelectuais que decidiram não sair da legalidade.

Por seu prestígio junto ao movimento operário, pelo temor que inspira nas autoridades o suposto extremismo do KOR e pela esperança de moderação que alguns dirigentes depositam nos membros do KJK e do DIP, a oposição ocupa uma posição de primeiro plano. Mas, ao mesmo tempo, sua influência concreta diminui consideravelmente, na medida em que a livre expressão floresce nos quatro cantos do país e quando os trabalhadores passam a ter suas próprias organizações para defendê-los.

(Bernard Guetta, de Varsóvia, Le Monde)

De pai para filho

O novo poder hereditário na Coreia do Norte

O 16.º Congresso do Partido do Trabalho norte-coreano encerrou seus trabalhos no dia 14 de outubro com o anúncio de uma renovação dos membros do Comitê Central que consagra a promoção do filho do dirigente Kim Il-sung na hierarquia do regime. Kim Jong-il tornou-se, de fato, membro de um organismo recém-criado: o "Presidium do Birô Político". Entre os cinco membros desse organismo, na cabeça do qual figura Kim Il-sung, ele está na quarta posição, depois de Kim Il, vice-presidente da República, já idoso e aparentemente um pouco retirado da vida pública, e de O Jin-u, ministro da Defesa, mas antes do primeiro ministro, Li Jong-ok. Por outro lado, ele faz parte do Birô Militar, o que é um fato novo. Além disso, Kim Jong-il foi confirmado em suas funções de secretário do Comitê Central, na primeira posição da hierarquia dos nove secretários.

Kim Jong-il aparece, dessa forma, como o "sucessor único e designado de nosso grande líder", como se diz em Pyongyang. Os norte-coreanos insistem no fato de que "o camarada Kim Jong-il, dirigente bem-amado, está chamado a desempenhar no futuro um papel importante na direção do país, para terminar a obra revolucionária do grande líder". E, ainda, que "o Partido e o povo desejam unanimemente que ele seja o sucessor único do grande líder. É este desejo que sua nomeação pelo Congresso exprime".

A promoção de Kim Jong-il é, porém, menos espetacular do que se esperava, já que corriam rumores de que ele seria nomeado para o cargo de secretário geral. Aparente-

mente, os dirigentes não desejaram precipitar os fatos. Além do que, pela primeira vez, o 16.º Congresso o nomeia para cargos importantes, consagrando o papel dirigente no interior do Partido que ele já vinha assumindo informalmente nos últimos anos, no Birô Político e no secretariado do Comitê Central, onde dirigia a comissão de organização e Propaganda e onde exercia uma influência muito grande sobre todas as decisões políticas, logo após seu pai.

Kim Jong-il nasceu em 1941, na Sibéria, e é o mais velho dos filhos do primeiro matrimônio de Kim Il-sung. Na infância, ele tinha o nome russo de Yora. Durante a guerra da Coreia (1950-1953), foi enviado à China e, depois, à Alemanha Oriental, onde seguiu, durante dois anos, um curso na Academia Militar do Ar. Diplomado na Universidade Kim Il-sung, de Pyongyang, em 1963, ele entrou no ano seguinte no Partido do Trabalho, no qual foi galgando pouco a pouco os vários escalões da hierarquia.

Foi em 1973 que começou a campanha para fazê-lo conhecido no Partido, enquanto o dicionário de termos políticos, editado em Pyongyang pela Academia de Ciências Sociais, acabava de mudar, em 1972, a definição de "sucessão hereditária", considerada como uma "prática reacionária dos sistemas exploradores do passado" na edição de 1970. Este parágrafo foi suprimido na nova edição.

Aparentemente, a campanha em torno de Kim Jong-il teve um momento de eclipse a partir de 1976. Diferentes explicações foram levantadas. Inicialmente, achou-se que ele

teria estado na origem do incidente ocorrido em Panmunjon, 21 de agosto de 1976, quando dois americanos foram mortos por soldados norte-coreanos. Segundo uma outra versão, que não exclui a precedente, uma aguda luta pelo poder teve lugar no seio do Partido, entre os adversários e os partidários de Kim Jong-il, seguida de expurgos. Afirmou-se, enfim, que ele teria sido vítima de um acidente de automóvel. No início de 1979, porém, reapareceu nas publicações oficiais a expressão "centro do Partido", designando Kim Jong-il, o que evidenciava que a campanha em seu favor havia começado.

A promoção de Kim Jong-il significa uma possibilidade de mudança para o futuro da Coreia do Norte ou uma simples continuidade do que se convencionou chamar — a partir dos próprios coreanos — de "kimilsungismo". A nova geração dos dirigentes de Pyongyang tem três possibilidades: repudiar o passado, como o fizeram os sucessores de Stálin; continuar a glorificar as teses do "grande líder" como o "marxismo-leninismo dos tempos modernos"; ou, então, enviar tudo isso ao museu da história, sublinhando a necessidade de mudanças.

Além da questão da sucessão, o 16.º Congresso foi marcado por declarações de Kim Il-sung em matéria de política externa, confirmando com ênfase a posição independente da República Democrática e Popular da Coreia. Evitando se definir no conflito sino-soviético, e pressionada ao sul pelos Estados Unidos, a Coreia do Norte procura reforçar sua posição no interior do Movimento dos Não-Alinhados.

(Philippe Pons, de Pyongyang, Le Monde)

A França lucra com a guerra

A França já começa a lucrar com a guerra Irã-Iraque: vai vender à Arábia Saudita seis navios de guerra e helicópteros porta-mísseis, ao preço de Cr\$ 187 bilhões. Este é o segundo contrato assinado por Paris em três semanas no Oriente Médio, depois de uma venda de Cr\$ 20 bilhões ao Qatar. A França está bem atrás dos EUA e URSS na venda de armas (os dois sozinhos abarcam 80% do mercado), mas está avançando. Sua idéia seria uma "diplomacia de ação", integrando política externa, estratégia industrial e exportação bélica, segundo o Le Monde. No ano passado, só o Oriente Médio e o Magreb lhe venderam 200 bilhões. No total, sua venda de armas chega a Cr\$ 300 bilhões.

O truque do "carro mundial"

A Ford prepara um novo truque para lesar os trabalhadores: quer criar um "carro mundial", fazendo mudanças na montagem do seu Escort Lynx, que em vez de ser produzido em 95% nos EUA, passaria a ser montado na Alemanha Ocidental, que receberia componentes de mais 17 países. Assim, se uma greve parar uma fábrica americana, a Ford poderia importar componentes da Inglaterra. Essa versão radical de uma idéia antiga já entusiasinou a General Motors, em cujo esquema a ser montado o Brasil seria um dos fornecedores.

Os trabalhadores da indústria automobilística, através da International Metalworkers Federation, já se mobilizaram para planejar uma contratática e se defenderem, centrando fogo por enquanto sobre a Ford.

A UPI sobre a corda bamba

Um dos gigantes da comunicação internacional, a UPI (United Press International), está passando por maus momentos: sobre um volume de negócios de US\$ 85 milhões, em 1980, registrou um déficit entre sete e dez milhões; seu plano de instalação de 3.700 antenas de satélite para agilizar seus serviços e escapar da crise, pode não dar certo; finalmente, suas despesas aumentarão 12% no próximo ano e ela ainda não tem uma solução financeira imediata.

Fechar, a UPI não fecha, dizem seus dirigentes, mas eles têm poucas opções: procurar acionistas (com o cuidado de não tirar o controle das mãos da família Scripps, proprietária da firma há 73 anos) ou vender uma parte a compradores estrangeiros. A UPI é a segunda agência americana e fornece material a 1040 diários e 3757 estações de televisão e rádio no mundo. A maior agência, a Associated Press (uma "cooperativa"), serve a 1307 diários, 5000 estações de rádio e 500 televisões. O volume de negócios da AP é US\$ 139 milhões e teve um lucro de US\$ 57 mil no ano passado.

Paris na ofensiva comercial

A visita do presidente francês Giscard d'Estaing, à China visa corrigir sua fraca presença no Extremo Oriente. A França é hoje o sétimo parceiro comercial da China, com um volume de exportações de Cr\$ 18 bilhões (que podem cair este ano). As trocas comerciais Pequim-Paris são apenas 0,32% do comércio externo francês.

O que Giscard pretende é abrir uma frente, principalmente através do fornecimento de crédito e da venda de armas (tanques e aviões). Mas, para isso, precisa chegar a um melhor entendimento com a China, que se opõe basicamente a dois pontos da política externa francesa: a *détente* com a URSS, considerada perigosa pela China, e suas boas relações com o Vietnã, considerado pelos chineses um instrumento do "expansionismo" soviético.

A França avançou também rumo à Albânia, realizando pela primeira vez em Paris um encontro ao nível de ministros do Exterior, reunindo respectivamente, François Poncet e Nesti Nase. As exportações francesas (equipamento industrial) cresceram 57% no último ano, atingindo Cr\$ 180 milhões. As albanesas (cromo e fumo), subiram 73%, para Cr\$ 340 milhões.

Khmer Vermelho fica na ONU

No último dia 13, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu o governo de Pol Pot, líder do Khmer Vermelho, como legítimo representante do Kampuchea Democrático (ex-Camboja). A votação repetiu praticamente a do ano passado: Pol Pot recebeu 71 votos contra 35 dados ao atual governo no poder, de Heng Samrim, acusado de ter subido e ser sustentado por forças militares vietnamitas. O Khmer Vermelho, segundo o Le Monde (15/10/80), "está reduzido a uma guerrilha, uma estação de rádio fornecida pela China e um punhado de diplomatas". Votaram a favor os EUA, a China e os países ocidentais; contra, a URSS e seus aliados do Leste Europeu, do Oriente Médio e África, mais alguns, como por exemplo, a Índia, Albânia, Nicarágua, Jamaica, Panamá.

A presença soviética na guerra

Com posição supostamente neutra, a URSS atua, por baixo da mesa, com as duas pernas

Helena Salém

Em 1932, quinze anos após a revolução socialista portante, as enciclopédias soviéticas assim definiam o norte do Irã: "região economicamente dependente da URSS". A esta altura, a União Soviética constituía o primeiro parceiro comercial do Irã (com 35% do comércio exterior iraniano), enquanto este último se tornara o principal fornecedor asiático de Moscou. Em 1977, dois anos antes da queda do Xá Reza Pahlevi, a situação da URSS não era mais tão favorável, mas de qualquer forma ela ainda ocupava a vantajosa posição de quinto parceiro comercial da monarquia iraniana.

A revolução islâmica iria alterar totalmente essa correlação: o intercâmbio entre os dois países caiu radicalmente, com a URSS perdendo alguns importantes privilégios de que gozava no período do Xá. Por exemplo, a importação de gás natural a preços baixos: em 1979, ela diminuiu em 75%, até ser totalmente interrompida este ano, pois o governo iraniano passou a exigir 40% a mais do que os soviéticos estavam dispostos a pagar. E mais: politicamente, os líderes iranianos deixaram bem clara, desde a derrubada de Pahlevi, sua absoluta disposição de não se aliar a nenhuma superpotência, União Soviética inclusive. Isso, apesar de Moscou ter demonstrado imensas simpatias e sorrisos face à revolução, e a maior disposição de "ajudar" Teerã no que fosse preciso. Os aiatolás e revolucionários iranianos podiam estar bastante confusos política-



socialista soviética do Guilan, no coração do Irã, que então foi rapidamente esmagada pelas forças reais.

O Tratado de 1921 vigora até hoje, à exceção dos artigos 5º e 6º, que afirmavam o direito soviético de enviar suas tropas ao Irã, "se um terceiro país quisesse se servir do território iraniano como base de operações contra a URSS, ou ameaçar as suas fronteiras, e que, a pedido da URSS, o Governo iraniano não pudesse pôr fim a tal ameaça". Esses artigos foram denunciados pela República islâmica, no ano passado.

Não há dúvida de que os soviéticos levaram a pior com a revolução iraniana. Nos últimos dois anos, o máximo que conseguiram foi a assinatura, em junho, de um acordo de cooperação econômica com Teerã, ao qual não sucedeu nenhum gesto de aproximação do governo do presidente Abol Hassan Bani Sadr em relação a Moscou. Assim, seria compreensível, também, que na impossibilidade, hoje de reeditar um Afeganistão, Moscou não poupasse esforços para reverter a situação com os vizinhos iranianos.

A guerra Irã-Iraque surgiu como uma grande oportunidade. Presa aos iraquianos por um amplo tratado de amizade firmado em 1972, a União Soviética não teria condições de, subitamente, proclamar apoio direto ao Irã. Dessa forma, tão logo estourou o conflito entre os dois países, Moscou anunciou a sua suposta neutralidade, enquanto, por debaixo da mesa, procurava atuar com duas pernas.

Ou seja, jogando a curto prazo com o Iraque, e a médio e longo

prazo, indiretamente, com o Irã. Moscou tem negado reiteradamente estar fornecendo armamentos ao Iraque - como, aliás, seria sua obrigação, segundo o acordo de 1972. Mas despachos da região parecem indicar que, muito prova-

Saddan Hussein nos passos de Anwar Sadat

velmente, os soviéticos têm de fato reabastecido militarmente os iraquianos através do porto jordaniense de Akaba. Efetivamente, se isso não ocorresse, o Iraque - predominantemente armado pela URSS - teria dificuldades em prolongar a guerra por muito mais tempo.

Por outro lado, os soviéticos tentam agora chegar ao Irã via países árabes, especificamente a Síria e a Líbia, seus únicos grandes aliados na região fora o Iêmen do Sul. Se bem sucedido, um eixo pró-soviético Tripoli-Damasco-Teerã poderia se contrapor ao de Riad-Amã-Bagdá, apoiado pelos norte-americanos. Daí, o pacto sírio-soviético assinado há uma semana, incluindo a cooperação militar e consultas regulares entre os dois países.

Em outubro de 1973, os egípcios fizeram a guerra contra Israel com armas e treinamento soviéticos, mas aproveitaram a ocasião para mudar de senhor, voltando-se para os Estados Unidos. Tudo leva a crer que o Iraque, até há pouco o maior parceiro da URSS no Oriente Médio, poderá seguir com esta guerra o mesmo caminho do Egito. Em-

bora Bagdá e Washington não tenham relações diplomáticas desde 1967, os Estados Unidos mantêm na capital iraquiana um escritório comercial com atributos de verdadeira embaixada: seção consular, cultural e de educação (existem 2.500 estudantes iraquianos nas universidades norte-americanas), além de um departamento comercial particularmente ativo (as trocas comerciais entre os dois países no ano passado elevaram-se a 1 milhão de dólares). Tão repressivo e autoritário quanto o regime do Presidente Anwar Sadat no Egito, o governo do presidente Saddam Hussein no Iraque, nos últimos dois anos, depois de destruir as oposições internas, tem se voltado para o Ocidente, especialmente França e EUA, além de reaproximar-se da Jordânia e Arábia Saudita, os maiores aliados ocidentais no Oriente Médio.

Em contrapartida a Síria que, bem ou mal, vinha esboçando uma tímida resistência ao alinhamento definitivo com Moscou, face à nova situação política e militar rapidamente também se reciclou. Primeiro, foi a fusão, antes mesmo de eclodir o conflito, com a Líbia a 2 de setembro passado. Uma fusão claramente promovida pela URSS com o objetivo de contrabalançar a influência norte-americana na área, uma vez que, internamente para os povos dos dois países, os benefícios serão praticamente nulos. Isso sem levar em conta que, dificilmente, a exemplo das experiências passadas, essa nova tentativa - artificial, de cima para baixo - de unidade árabe poderá ter sucesso.

A aliança Damasco-Moscou foi

finalmente consagrada há pouco mais de uma semana com o tratado entre os dois países. Quase simultaneamente, o coronel Muammar Kadhafi, dirigente da Líbia, expressou publicamente seu apoio ao Irã, enquanto fontes bem informadas asseguravam que sírios e líbios estavam enviando armamentos soviéticos ao Irã (embora Teerã desmentisse a informação).

Moscou agiu rápido e eficientemente, explorando o histórico antagonismo que opõe a Síria ao Iraque, ambos governados pelo Partido Baas, ou Partido Socialista do Renascimento Árabe. Criado em 1943 por Michel Aflaq e Salah Bitar, o Baas ("Al-Baas Al-Arabi" - "Renascimento Árabe"), chegou ao poder em 1963 na Síria e no Iraque (de onde seria afastado naquele mesmo ano, voltando ao governo em 1968). Na mesma década de 60, os dois ramos do partido (que também criaria ramificações na Jordânia, Líbano, até na África do Norte, Aden e Iêmen do Sul) entrariam em divergência: na Síria, em 1966, os militares eliminaram o presidente Amine Al Hafez, Aflaq, Bitar e toda a chamada "direção nacional", que reclamava uma orientação pan-árabe e se considerava a liderança legítima do partido; no Iraque, em 1968, ascendeu ao poder o general Ahmed Hassan Al-Bakr, adepto da fração de Michel Aflaq, também chamada "qawmi" (nacional), em contraposição à "qriti" síria (regional).

Ao longo dos anos, diversas tentativas de reaproximação foram feitas entre os dois países, sobretudo após a tomada do poder, em 1970, pelo general Hafez Assad na

A URSS procura tomar a iniciativa

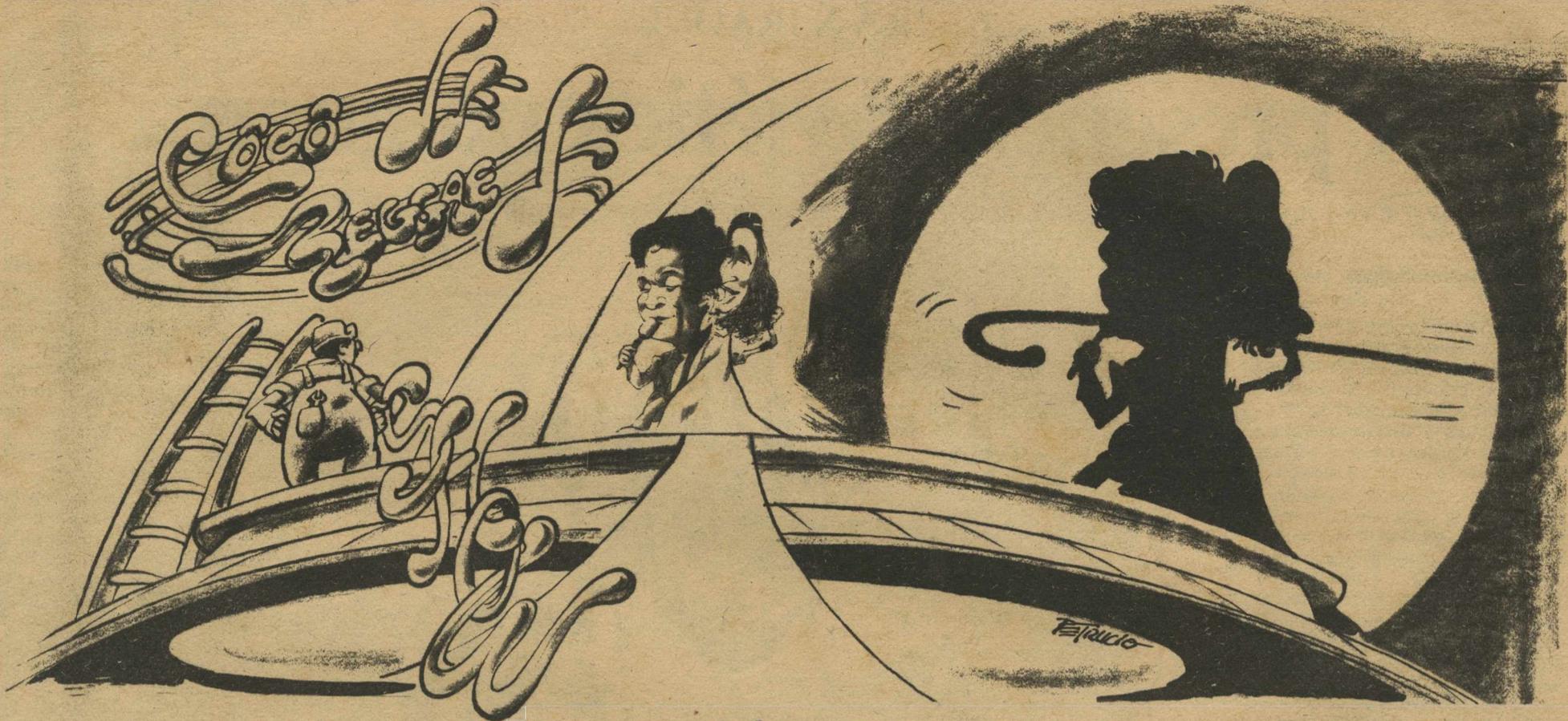
Síria, que aparecia como um dirigente mais liberal. Também da parte do Iraque verificou-se o mesmo movimento, até o ano passado, quando o presidente Saddam Hussein, após esmagar a oposição comunista, xiita etc, "descobriu" um complot pró-sírio, eliminando, entre outros, Abdél Khalek Samarrá, dirigente histórico do Baas, mais moderado, e um rival em potencial do Chefe de Estado iraquiano.

Se é simplismo afirmar que as divergências regionais (Síria-Iraque, Líbia-Egito, Iraque-Irã etc) são todas elas fabricadas pelas grandes potências, é inegável, também, que, a despeito da base real e local desses conflitos, eles são largamente aproveitados pelas potências imperialistas. A guerra Irã-Iraque não foi mecanicamente articulada pela União Soviética e Estados Unidos, mas não há dúvida de que Moscou e Washington procuram tirar o melhor partido com os novos realinhamentos, às custas, evidentemente, dos povos da região. Especificamente no momento, a URSS esforça-se para tomar a ofensiva.

Uma longa história de dominação

mente, sem um projeto claro e definido, mas sabiam muito bem que o "gigante" soviético não daria nenhuma ajuda desinteressada, tanto quanto os norte-americanos, no passado recente.

Com o fim da monarquia em 1979, os soviéticos perderam seus privilégios no Irã. Só que, é lógico, a URSS não aceitou isso tranquila e passivamente. Afinal, além de 2500 km de fronteira, ela tem com o Irã uma longa história de dominação. Desde pelo menos o fim do século XVIII, o norte iraniano foi zona de influência dos russos, em luta com os ingleses pela conquista da hegemonia na Ásia. Em 1907, Inglaterra e Rússia Czarista inclusive chegaram a firmar um acordo assegurando a influência absoluta russa no norte do Irã e da Grã-Bretanha no sul do país. Acordo revogado pelos bolcheviques em 1917, mas não sem um preço logo a seguir. Em 1921, após obter a retirada britânica do sul do Irã, Moscou firmou um tratado de amizade com Teerã, suspendendo em contrapartida o apoio político-militar à recém-proclamada república



MÚSICA

Ai, ai meu Deus, o que foi que aconteceu?

A música popular brasileira toma conta das rádios

Márcio Bueno

Tudo indica que nos últimos tempos, especialmente neste ano de 80, o mercado brasileiro de disco, o rádio e a televisão vem sendo invadido pela música brasileira. Trata-se de uma situação até certo ponto surpreendente, levando-se em conta o domínio que os ritmos estrangeiros mantiveram durante anos nos meios de comunicação. Um domínio que se refletiu em um conto de Plínio Marcos, em que um jovem retornava do exterior ávido por se embriagar em sua cultura, e se desesperava rodando o mostrador de seu rádio à procura de uma música da terra - em vão.

Neste ano, não ocorreria o mesmo. A proporção de 60% de execução de músicas estrangeiras, mantida até o ano passado, inverteu-se em favor da música nacional, situação semelhante havia ocorrido por volta de 1977, quando houve um vazio de ritmos internacionais, obrigando as gravadoras a apelarem para o **Flash Back**, na tentativa de relançar antigos sucessos. Naquele ano também a música brasileira ganhou certo espaço. O que mudou de 77 para este ano, de acordo com Yacoff Farkovas Filho, diretor da Informa Som, é que naquele ano dos 60% das músicas nacionais executadas por emissoras de rádio, 30% eram "popularescas", do gênero Waldick Soriano. "É hoje" - diz ele - "os 60% são joannas, fagners, gonzaguinhas etc. Nesse sentido, a música brasileira não só voltou a ter seu espaço, como colocou em campo seu melhor time".

Joannas e fagners vencem waldicks

A Informa Som é uma empresa que presta serviços ao Ecad (Escritório Central de Arre-

cadamento de Direitos Autorais) e às gravadoras, computando as execuções de músicas de 62 emissoras de sete cidades. Os números do mês de junho mostram essa proporção de seis músicas nacionais para quatro estrangeiras. Um dado importante a destacar é que os intérpretes mais executados são os nacionais. Nas emissoras AM (Ondas Médias) de São Paulo, entre os 10 intérpretes mais executados há apenas um estrangeiro, ocupando o sétimo lugar e nas emissoras FM (Frequência Modulada), os nove primeiros são nacionais. Nas AM do Rio de Janeiro a situação é um pouco diferente: entre os 10 primeiros, há cinco estrangeiros. No entanto, as FM mostram um quadro bem diferente: os 10 intérpretes mais executados são **todos** nacionais. Os nomes, pela ordem: Bethânia, Gonzaguinha, Amelinha, Boca Livre, Beto Guedes, Joanna, Gil, Simone, Roberto Carlos e Elis Regina. Nesse mesmo mês de junho, as rádios AM do Rio e de São Paulo executavam em primeiro lugar Roberto Carlos e em segundo Maria Bethânia. Já nas FM Bethânia sobe para primeiro lugar, enquanto Roberto Carlos cai para nono no Rio e um pálido quinquagésimo lugar em São Paulo. No mês de agosto, último computado pela Informa Som, Roberto Carlos mantém-se em primeiro lugar nas emissoras de rádio AM e Bethânia em primeiro nas FM.

E qual a influência dessa divulgação sobre a vendagem de discos? Segundo Farkovas, uma pesquisa de campo promovida recentemente pela Informa Som, mostrou que a relação de seis para quatro em favor da música brasileira se mantém na vendagem de discos, o que mostra a poderosa influência do rádio sobre o mercado de disco. Mas sabe-se muito bem que o ouvinte é um sapo de fora que não tem influência direta sobre a

programação das emissoras. A divulgação das músicas obedece à pressão exercida pelas gravadoras sobre os programadores. Aliás uma pressão recebida com muita satisfação porque se exerce através do famoso jabaculé, uma gorda gratificação em dinheiro. Atualmente algumas informações dão conta de que as gravadoras mudaram de método e acabaram com o jabaculé. Ocorre que atualmente há uma crise no mercado do disco. Dados tidos como otimistas indicam que do primeiro semestre do ano passado para o primeiro semestre deste ano, houve uma queda de 7% na vendagem de disco, em consequência da crise econômica. Diante desse quadro, as gravadoras resolveram dar um basta na competição interna que estava se tornando cada vez mais acirrada e que era cada vez mais vantajosa apenas para os programadores de rádio. O jabaculé já estava tão alto que a compra de horário nas emissoras tornou-se mais vantajosa.

Grande marmelada no MPB-80

De qualquer forma, usando este ou aquele sistema, o que permanece é o fato de que as gravadoras ditam os sucessos às emissoras de rádio. A conclusão que se tira é de que está havendo um grande investimento em cima da música nacional, embora a grande maioria das gravadoras, e dentre elas as mais poderosas, sejam multinacionais. A promoção naturalmente não se restringe às execuções nas emissoras de rádio. Altos investimentos são feitos em shows, turnês, apresentações em TVs etc. O próprio Chacrinha chegou a declarar que as gravadoras pagam 30 mil cruzeiros pela apresentação de cada músico em seu programa.

Um dos grandes momentos dessa promoção maciça foi o festival MPB-80, que resultou dos entendimentos a que chegaram as gravadoras na ABPD (Associação Brasileira de Produtores de Discos). Segundo o crítico Tárik de Souza, as gravadoras reclamavam há algum tempo das vantagens desfrutadas pela Som Livre, que tem à sua disposição os espaços da poderosa Rede Globo, da qual é associada. Seria economicamente inviável a qualquer das demais gravadoras utilizar o mesmo espaço publicitário na Globo. O MPP-80 foi portanto um arranjo entre as gravadoras, e como tal, classificou ou desclassificou de acordo com os interesses promocionais em jogo. A participação de 200 jurados na escolha das "melhores", a pretexto de ser um sistema mais democrático, visou unicamente dificultar a constatação da "marmelada". A coisa foi tão escancarada que na final as câmaras mostravam os computadores trabalhando a cada intervalo das apresentações. Ocorre que os jurados somente entregaram as fichas após a apresentação da última música.

Os resultados agradaram os promotores. Em junho havia três músicas do MPB-80 entre as mais executadas: Amelinha, com "Foi Deus Quem Fez Você", Joyce, com "Clareana" e Chico Evangelista, com "Rasta-pé". Em julho, Amelinha bateu todos os recordes da Informa Som - foi a mais executada tanto nas AM quanto nas FM, tanto no Rio quanto em São Paulo. Desfez-se, portanto, a necessidade de indicá-la para o primeiro lugar no festival.

Sem levar em conta o gênero e a qualidade da música, o fato evidente é que as gravadoras estão investindo na música produzida no Brasil. Tárik de Souza cita várias razões para



Sérgio Ricardo

essa mudança de comportamento. A primeira é que não há atualmente nenhum ritmo novo internacional para se jogar no mercado.

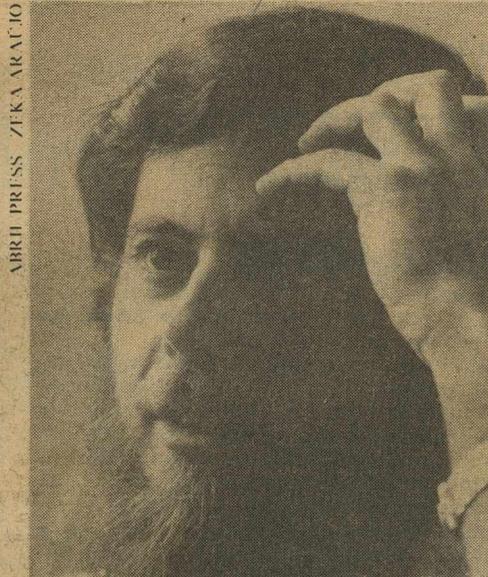
A discoteca "encheu o saco"

A música de discoteca se esgotou, "encheu o saco", e o reggae, que deveria substituí-la, não conseguiu penetrar. A outra razão é que a música brasileira está muito pujante, principalmente depois que se abriram as comportas da censura. Ele cita como exemplo o relançamento de "Prá Não Dizer Que Não Falei de Flores", de Geraldo Vandré, que foi relançada sozinha e fez um enorme sucesso. Um outro fator apontado pelo crítico é a chegada ao mercado de inúmeros compositores regionais, vindos desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. O próprio samba acabou se institucionalizando, depois de Martinho da Vila, que adaptou o partido alto para o consumo, além de reajustar as letras quilométricas do samba enredo. Antes de Martinho, compositores como Nelson Cavaquinho e Cartola eram obrigados a vender suas composições. Depois dele, desapareceu a figura do intermediário e o samba conseguiu se firmar.

A influência da abertura política

Alceu Valença, contratado, entre outros poucos eleitos, como Chico Buarque e Milton Nascimento, pela Ariola, cita as mesmas razões de Tarik de Souza e acrescenta que durante os anos de fechamento, músicos como ele, aliados do mercado, estavam percorrendo o Brasil, divulgando a música brasileira em um paciente trabalho de resistência cultural. Para ele esse trabalho está aflorando nos dias de hoje. E ao lado da pobreza e do vazio de movimentos musicais internacionais o Brasil pode dispor de uma riqueza considerável de ritmos. Com relação às injunções políticas, Alceu Valença acredita que a chamada abertura influenciou inclusive as gravadoras, que em um passado recente não se arriscavam a "criar cobra no quintal".

A reversão da relação entre músicas estrangeiras e nacionais no mercado coloca a questão de que as gravadoras multinacionais não têm como interesse prioritário a dominação cultural. A questão central é do lucro e desde que não haja ritmo internacional para ser lançado, e desde que haja demanda para as nacionais, os investimentos das gravadoras recaem sobre elas. Por isso mesmo o compositor Maurício Tapajós, autor de "Mudando de Conversa", "Tô Voltando" e "Pesadelo", sócio da Sacy, gravadora independente, é de opinião que a situação atual é passageira, porque o controle do mercado do disco é multinacional, com três ou quatro gravadoras nacionais dependentes das estrangeiras. Sérgio Ricar-



Tarik de Souza

do, também da Sacy, tem opinião semelhante. Ele entende que de maneira geral as gravadoras investem em determinado tipo de trabalho, em modismos. Haverá uma mudança, na sua opinião, quando começarem a promover os músicos marginalizados, "mas por enquanto" - diz ele - "acho que é puro interesse econômico, ou seja, investem porque há demanda e amanhã poderão investir até em cachorros, desde que o mercado se abra para os latidos".

A alternativa independente

O compositor Francisco Mário, irmão do cartunista Henfil, diz que continuará seu trabalho independente, apesar do interesse atual das gravadoras pela música nacional.

E diz que o fundamental para o independente é a liberdade para gravar, escolher as músicas, o arranjador, o letrista etc. Seu segundo disco, "Revolta dos Palhaços", foi produzido graças à cotização de cerca de 200 pessoas, entre intelectuais, artistas e políticos.

As letras de suas músicas são de Chico Buarque, Aldyr Blanc, Guarniere, Tarik de Souza, Fernando Rios etc. Ele explica que embora o essencial seja escapar de ser transformado em sabonete, há também a questão do lucro.

Seu primeiro disco, "Terra", saiu a um custo unitário de 60 cruzeiros e foi vendido às casas de disco por 280. Somente com a venda dos primeiros 3 mil discos ele já havia pago todos os custos da produção. Francisco Mário entende que os músicos que trabalham como ele, hoje agrupados em cerca de 30 gravadoras independentes, também tiveram uma influência positiva na mudança do mercado.

Esse trabalho independente, ao lado de uma gravadora como a Ariola, que embora aglutine poucos músicos, concede-lhes liberdade para trabalhar, acabou mostrando que havia uma demanda para a música nacional.

Tudo isso contribuiu para despertar o interesse das gravadoras multinacionais para a música nacional. Como exemplo da influência dos independentes ele cita o conjunto Boca Livre, que conseguiu furar todos os esquemas e se colocar entre os mais executados nas emissoras de rádio.

Embora alguns músicos acreditem na consolidação do espaço aberto para a música brasileira e vejam inclusive a possibilidade de serem atingidos de forma mais acentuada os mercados internacionais, outros, como Francisco Mário, não são tão otimistas. Mais dia, menos dia pode surgir um novo ritmo internacional para ser despejado no mercado e a coisa pode mudar completamente. Afinal o enlatado tem um custo por unidade muito menor do que o disco produzido no Brasil. Além do fato, naturalmente, de que a música internacional serve como cabeça de ponte para uma série de outros produtos, como calças, bebidas etc etc etc...

Gene sintético

A controvérsia corre solta nas universidades americanas, depois que o prof. Martin Cline anunciou no último dia 8, o primeiro transplante genético tentado em dois seres humanos que sofrem de talassemia, uma doença mortal, também chamada anemia do Mediterrâneo, na qual o organismo não produz hemoglobina.

Essa experiência de Cline consiste na utilização de um gene sintético capaz de produzir hemoglobina humana. Ele retirou pequena porção da medula óssea dos doentes, onde aplicou genes produzidos artificialmente que, depois de algumas horas de incubação, incorporam-se ao material genético das células da medula óssea, que é então reinjetada no paciente.

Enquanto os médicos consideram que esta experiência, se der resultado, poderá revolucionar o tratamento das doenças de origem genética, os pesquisadores de biologia molecular não escondem suas críticas e indignação. Alguns chegam mesmo a acusar Cline de abuso de confiança para obter os seus genes artificiais utilizados. Para o prof. Thomas Maniatis, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, as experiências semelhantes feitas anteriormente em cobaias não autorizam a pretensão de um eventual sucesso em seres humanos.

Imprensa & poder

Depois de 3 semanas de trabalho, a conferência geral da Unesco, reunida em Belgrado (Iugoslávia), tocou em um dos pontos mais quentes de sua pauta: o relatório da "Comissão Internacional de Estudos dos Problemas da Comunicação", também chamado "Informe Mac Bride". Essa comissão, presidida por Sean Mac Bride, um conhecido político irlandês que já ganhou prêmios Nobel e Lênin da Paz, sintetizou discussões que se desenvolvem desde 1978, e foi muito elogiado pelos países do 3º Mundo. Ele preconiza o estabelecimento de uma nova ordem internacional de informação e a organização de "autênticos serviços de comunicação nacionais, livres das agências de informação transnacionais".

Classificado como um "ardil mortífero" pelo presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), entidade que congrega grandes proprietários de jornais, o Informe Mac Bride causou reações contrárias na delegação norte-americana, para a qual ele condizurá a um "debate ideológico totalmente improdutivo". Na delegação soviética, a reação variou do desconhecimento à irritação.

A polêmica não pára aí, entretanto. Enquanto existem notícias de que a agência norte-americana Associated Press (AP) teria concordado com o relatório, jornais das grandes empresas do Brasil faziam eco a acusações feitas por "editores latino-americanos e norte-americanos" de que o plano implica a intervenção direta do Estado na elaboração e publicação de informações, constituindo "grave ameaça à liberdade de imprensa".

Família e moral

Nos Estados Unidos, nascem 250 mil bebês por ano de mães solteiras; mais de 60% das famílias que recebem assistência pública são chefiadas por mulheres; e existem 5,5 milhões de famílias (11% do total das famílias americanas) vivendo abaixo dos níveis de subsistência internacionalmente aceitos. Além disso, 76,5% das norte-americanas usam contraceptivos, prática admitida por cerca de 2/3 dos padres do país.

Com base nestes números, apresentados no V Sínodo Mundial dos Bispos,

que se realiza em Roma, os religiosos dos países envolvidos defendem uma atitude mais liberal em relação ao controle da natalidade e em questões morais.

Por outro lado, a realidade das famílias do 3º Mundo, cujo problema imediato, segundo D. Aloísio Lorscheider, "é sobreviver, é ter o que comer", leva os religiosos desses países a apresentarem problemas mais imediatos como a miséria, e a rejeitarem a discussão das questões colocadas pelos bispos dos países ricos.

Isso não significa, contudo que a relidade da família nos países industrializados seja estranha ao 3º Mundo. Em São Paulo, por exemplo, pesquisas recentes mostram que pelo menos 22% das mulheres casadas já praticaram aborto, enquanto entre 1960 e 1976 houve um crescimento de 34% no número de casais separados.

Face a isso, o V Sínodo poderá chegar ao fim sem consenso entre os religiosos. Essa divisão é agravada pela intolerância dos conservadores — a terceira corrente existente entre os bispos —, para os quais não há nada que discutir a respeito da doutrina da Igreja sobre a família. Para eles, é preciso deter o "astronômico" crescimento das anulações de casamento feitas pela Igreja, que cresceu 5.000% nos últimos dez anos, constituindo um veda-deiro divórcio à revelia da doutrina.

Freud explica?

"É incomum colegas criticarem outros colegas. Entre nós esse procedimento é chocante. Não sabemos conviver com ataques entre nós mesmos". Com estas palavras, o Dr. Victor Manuel de Andrade, presidente da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, justificou no último dia 14, o pedido de exclusão dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas do quadro de associados da entidade. Pellegrino e Mascarenhas foram punidos depois de acusar a psicanálise de elitista e dizerem que 90% dos psicanalistas nunca leram Freud, em uma palestra pública no Rio de Janeiro.

Declarando "estranhar o fato", o Sindicato dos Médicos do Rio divulgou uma nota onde solicita "maiores esclarecimentos da entidade coatora", já que para o sindicato "a livre manifestação do pensamento e o direito de crítica são princípios fundamentais da democracia e da harmoniosa convivência entre os homens".



ÍNDIOS/PB

Seqüestros e invasões

Nação potiguar ameaçada na Paraíba

No dia 29/09/1980 três viaturas da Polícia Militar da Paraíba, invadiram a reserva Potiguar e seqüestraram os índios Daniel dos Santos (cacique) e Ednaldo Alves da reserva da Baía da Traição, município do mesmo nome. Esses índios foram seqüestrados mediante uma cilada (traição) pois os policiais que os seqüestraram, à paisana, convidaram-nos na oportunidade para uma reunião na localidade de Forte, onde está instalado posto da FUNAI.

Levados no camburão para a cidade de Guarabira, distante 80 quilômetros da reserva, os índios somente foram libertados no dia seguinte, depois da pronta interferência dos próprios irmãos potiguaras que para lá acorreram em solidariedade.

As invasões sucessivas levadas a cabo por fazendeiros e usineiros em busca de áreas alheias para plantações de cana, são as causas principais do conflito pois privam cada vez mais os potiguaras de suas terras, que lhes pertencem há séculos. No entanto, amparados no artigo 198 da Constituição Federal, que eles conhecem muito bem, os índios têm dado respostas seguras e pacíficas para a retomada de suas terras, apesar das ameaças dos invasores e da repressão da polícia estadual.

O citado deputado José Fernandes de Lima, líder da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado e eleito, inclusive, com voto

de muitos caboclos da comunidade, é apontado pelos potiguaras como "quem deu apoio aos invasores para que eles conseguissem força contra a gente"... "O mesmo deputado José Fernandes de Lima foi e é o responsável de prejudicar a gente índios, pois ele foi o influídor para que a Baía da Traição, área indígena, passasse a cidade, como passou".

Estranha é a atitude do Secretário Estadual da Segurança, neste caso, pois ignorando ou fingindo ignorar a lei 6001 de 19/12/73 que regula a situação jurídica dos índios e suas comunidades, insiste em dar "proteção policial" aos invasores, e mais adiante reconhece as arbitrariedades, a violência e o seqüestro perpetrados por seus subordinados: "aproveito a oportunidade para alertar as pessoas de bom senso que é admissível que se faça reparação à conduta de um mau policial isoladamente, jamais com a polícia como uma instituição, que merece não só o nosso respeito, bem como o nosso apreço".

Que sejam apresentados à justiça e punidos conforme a lei dos maus policiais ou que fiquem responsabilizados perante todo o povo brasileiro, o Secretário da Segurança e o governador do Estado pelo arbítrio e insegurança que agora também atingem a nação potiguar.

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, PB

RÁDIO/MG

Programa da Fetaemg fora do ar

A carta abaixo foi enviada ao governador **Francelino Pereira, de Minas Gerais.**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos em Carpina (Pernambuco), por ocasião do Encontro Nacional Sobre Trabalhadores Assalariados, sob a coordenação da Contag, contando ainda com a participação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Regional NE/II, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Regional BA/SE, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE) e Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), vêm por meio deste, manifestar seu protesto contra a arbitrária atitude da Rádio Inconfidência, que retirou do ar o programa — "FETAEMG NO CAMPO", depois de 10 anos de audiência consagrada, com um ofício seco em que a direção da emissora apenas comunicava à Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Minas Gerais, (FETAEMG) a suspensão da programação, sem apresentar, sequer, razão aceitável para este fato que tem por consequência a tentativa de se liquidar com um trabalho sério de esclarecimento do sindicalismo no campo que atinge não só os companheiros de Minas Gerais, mas de todo o País.

Insustentável, ainda tal suspensão se torna, face às informações verbais obtidas pelos próprios funcionários da emissora que a referida suspensão se dera "por ordem do próprio Palácio do Governo Estadual".

No momento em que todo o País se volta para a busca do pleno respeito aos direitos humanos, vemos uma emissora pública, cujo patrimônio pertence, portanto, ao povo mineiro, ferir frontalmente os direitos individuais do cidadão, garantidos na Constituição Federal, notadamente quanto à liberdade de imprensa e livre expressão do pensamento, pois a aludida medida teve por objetivo impedir a divulgação dos direitos dos trabalhadores e as notícias da luta sindical frente às violências contra eles praticadas, bem como levar até esses trabalhadores a bandeira prioritária do movimento, que é a REFORMA AGRÁRIA, definida na Lei 4.504/64.

Quando todo o povo brasileiro luta pelo pleno restabelecimento da Democracia, são inevitáveis atos dessa natureza, com características de totalitarismo, onde agentes do poder público se julgam donos do ar e do pensamento dos cidadãos brasileiros.

Ressalte-se que em 10 anos de Programa, todos os compromissos foram saldados em dia, e o FETAEMG NO CAMPO", só aumentou a audiência da emissora.

Portanto, exigimos o restabelecimento da programação em seu horário normal e protestamos energeticamente contra esta atitude descabida.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Federações dos Trabalhadores na Agricultura dos Estados de Alagoas, Bahia, Paraíba, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Porto Calvo (AL), Jabotão (PE), Garanhuns (PE), Nazaré da Mata (PE), Paudalho (PE), Timbaúba (PE), Vitória de Santo Antão (PE), Cravinhos (SP), Itanhaém (SP), Regente Feijó (SP), Jaboticabal (SP), Itu (SP), Lins (SP), Junqueirópolis (SP), Mirassol (SP), Araras (SP), Caguaratema (RN), Mamanguape (RN), Buar (RN), São José Mipibu (RN), Goianinha (RN), Campos (RJ), São Paulo da Aldeia (RJ), Truruís (RJ), S.S. de Paraíso (MG), Carmo do Rio Claro (MG); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Regional Nordeste II; Comissão Pastoral da Terra, Regional BA/SE; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).



ÍNDIOS/RO

Incra e Funai acusados de omissão

Nós, agentes de pastoral da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, frente aos últimos acontecimentos de lutas entre indígenas Suruí e posseiros, no município de Cacoal, em Rondônia, queremos esclarecer o nosso posicionamento como Igrejas que aqui atuam a serviço do povo.

Sabemos que estes fatos são o último capítulo de uma história há tempo iniciada e que tem, desde o começo, algumas falhas constantes, entre as quais apontamos a omissão dos órgãos competentes, INCRA e FUNAI aos quais é devida em primeiro lugar a situação que se criou.

O INCRA, face à demanda da terra por inúmeras famílias necessitadas de um pedaço de chão, perdeu-se em burocratização e não alcançou os objetivos pelos quais foi criado. Esta morosidade foi a principal causa que impulsionou os colonos a ocuparem a dita área à procura de meios de sobrevivência, comida e trabalho.

A FUNAI, também, pecou por omissão, não intervindo quando o mal era pequeno e deixando crescer o problema. Nunca apresentou aos colonos a documentação necessária para provar cabalmente que aquela área é terra indígena.

Assistimos então agora à procura de solução através da polícia e do exército.

Feitas estas considerações, repecamos que:

1) a história do Brasil, passada e recente, demonstra que para os indígenas poderem sobreviver e ser livres é vital a posse da terra. Consideramos os indígenas como os primeiros e legítimos donos do Brasil, irmãos e gente, e achamos que devem ficar com suas terras para poderem continuar a desenvolver sua história já demasiadamente entristecida. Tirar dos indígenas a terra, com desculpa de que eles não a trabalham, é colocar a questão do valor do homem não no fato dele ser Filho de Deus, e sim em ser máquina da produção a serviço dos grandes. Ressoa em nossos corações o apelo de Deus: "Não oprimirás teu irmão". O indígena, para nós, é o primeiro irmão, por ter sido o mais pisado, explorado e oprimido ao longo da história sangrenta do Brasil.

2) os posseiros, também, sofrem as contradições do sistema que os relegou no último degrau da sociedade, assim chamada civil. Vindos de outras regiões na esperança de um futuro melhor para si e para os filhos, sofreram aqui tudo o que um ser humano pode aguentar: falta de saúde, exploração e sobretudo falta de terra. Por isso queremos que, nesta tristíssima situação sejam tratados com o máximo respeito e dignidade. Mais uma vez não sejam os pequenos a pagar os erros e as omissões dos grandes. Desejamos que lhes sejam dadas uma terra de 100 ha., de boa qualidade; que sejam indenizados em dinheiro, ou com mais terras; que lhes seja dado tempo para se localizarem em outra área: que o título da mesma seja entregue o mais rápido possível e que tudo seja feito sem coação e violência.

Temos a esperança de que o sacrifício de tantas pessoas sirva para a vida de nosso irmão indígena e para a construção de uma sociedade em que o pequeno seja respeitado e valorizado, e na qual ele possa escrever, lavrador ou indígena que seja, a sua história como pessoa livre e solidária.

Pe. Ezio Dattes; Pe. José Grassi; Pe. Mansueto Dal Maso; Gilio Brunelli; Pastor Valdir Frank; Pastor Paulo Daenecke; Irmã Elide Sório; Irmã Maria Antonietta Molinari e Irmã Rita Saccol.

Cacoal, RO.



Movimento só se apóia nos leitores: faça uma assinatura



Atentado contra banca de jornal em Belo Horizonte

Defenda seu direito à informação livre. Venda uma assinatura a seus amigos. Se você quiser apoiar Movimento (venda de jornais ou ações), ligue para 210-6622 ou 210-6744 em São Paulo.

Desejo adquirir uma assinatura de Movimento

ANUAL - Cr\$ 2.100,00

BIANUAL - Cr\$ 3.500,00

Nome _____

Profissão _____ Idade _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Estou enviando o cheque n.º _____, pagável em São Paulo, em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço da assinatura no exterior:

ANUAL - US\$100; BIANUAL - US\$200. Para a América Latina: ANUAL - US\$85; BIANUAL - US\$170.

O Partido Comunista na “abertura” de 45

A política operária do PC e a União Nacional com Vargas defendida por Prestes em 1945

Com o fim da guerra, o Brasil viveu um processo de “redemocratização”, que se estendeu de forma nítida entre 1944 e 1946. Nesse período, o Partido Comunista do Brasil viveu seu único momento de legalidade, desde sua fundação.

Agora, quando vivemos a “abertura” do regime militar e os comunistas aparecem cada vez mais à luz do dia, torna-se valioso e extremamente importante o conhecimento daquele período. Em particular, ganha importância conhecer as posições então adotadas pelo PC.

A ditadura de Vargas conseguiu praticamente desarticular o PC em 1940, lançando à prisão ou à morte toda a sua direção nacional e as direções estaduais. A partir de 1941, em meio a imensas dificuldades, surgiram esforços para reorganizar o partido. No Rio, formou-se a CNOP — Comissão Nacional de Organização Provisória —, tendo à frente Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, João Amazonas, Pedro Pomar e outros. Em São Paulo, além do trabalho de Diógenes Arruda Câmara, formou-se outro grupo, sob a liderança de Caio Prado Jr., Mário Schemberg e outros. Por outro lado, Carlos Marighela foi um dos que negaram a validade da reorganização do partido como organização clandestina.

Em 1942, as condições de luta dos antifascistas começam a mudar no Brasil. Aproximava-se a data do plebiscito que deveria legitimar a Constituição de 1937, aproximava-se o fim do mandato de Vargas, estipulado nessa constituição e — mais importante — o País entrava na guerra, ao lado dos aliados e contra o eixo fascista.

Nesse ano, da prisão, Luiz Carlos Prestes lançou pela primeira vez, a tese da União Nacional em torno do governo de Vargas, exigindo em contrapartida a anistia.

No ano seguinte, 1943, o PC realizou a Conferência da Mantiqueira, elegendo um novo Comitê Central, composto sobretudo pelos membros da CNOP — João Amazonas, Diógenes Arruda, Maurício Grabois, Pedro Pomar (todos futuros dirigentes do atual PC do B), Mário Alves, Amarílio Vasconcelos e Sérgio de Oliveira, além de Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighela, ambos na prisão. Prestes foi eleito secretário geral.

A Conferência confirmou também a proposta de Prestes, ao definir “o estabelecimento da linha política à base da união nacional em torno do governo”.

A intersindical do PC

Em 1945, a guerra terminou e Prestes interpretou a vitória aliada da seguinte forma: “a vitória militar foi alcançada pela unidade, pela colaboração fraternal dos povos amantes da democracia, em particular pela aliança sincera e honesta das duas grandes democracias capitalistas com a democracia do proletariado. (...) Cabe igualmente a nós, os democratas do mundo inteiro, apoiar e sustentar a colaboração das três grandes potências, lutando sem repouso pela paz interna em nossa pátria, não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e

contradições de classe que porventura nos possam separar e dividir”. A partir daí, nada mais faltava para se chegar à definição oficial, pelo PC, da palavra de ordem central para o período: “ordem e tranquilidade”.

Em 30 de abril de 1945, juntamente com líderes não-comunistas (em um total de 300 dirigentes, de treze estados da Federação), o PC lançou-se à criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), organização inter-sindical que veio a ter grande importância na vida política e sindical do país por alguns anos.

O MUT teve como principal atividade política a participação na campanha pela Constituinte, que se estendeu até agosto de 1945. O MUT, cujo presidente era o dirigente comunista João Amazonas, teve uma orientação definida para a atuação no meio sindical e operário. Em julho de 1945, especifica em quatro pontos suas reivindicações para reforma da estrutura sindical. Um dos pontos exigia “autonomia administrativa, ou seja, eliminação dos controles do Estado sobre a aplicação dos fundos dos sindicatos”. Este foi um dos dois pontos negados pelo governo, e nem poderia ser de outra forma, pois o MUT silenciou quanto à necessidade de abolição do imposto sindical, e se o Estado é o responsável pelo recolhimento dos fundos dos sindicatos, oriundos desse imposto, é utopia imaginar que ele abriria mão da fiscalização de sua aplicação.

A proposta de autonomia sindical formulada pelos comunistas e pelo MUT não poderia ser considerada radical. Em julho de 1945, o jornal comunista **Tribuna Popular** transcreveu declarações de um representante sindical carioca, que entendia a liberdade sindical “não (como) o desligamento do ministério do Trabalho, mas o respeito à soberania de nossas assembleias”, e pontos semelhantes.

Ao mesmo tempo em que ficavam mais distantes as possibilidades de se conquistar uma efetiva autonomia sindical, sequer de lutar por ela, as greves foram fortemente desestimuladas.

“Apertar mais o cinto”

O movimento queremista (“Queremos Constituinte com Vargas”) cresceu, e chegou a apresentar formalmente a Vargas sua proposta: eleições na data marcada, mas para a Assembléia Constituinte, com Vargas na presidência.

Uma grande manifestação “queremista” estava prevista para o dia 27 de agosto no Rio, com a presença de mais de 50 sindicatos. O chefe de Polícia, proibiu a manifestação, e Vargas tentou substituí-lo. O gen. Goes Monteiro reagiu e, no dia 29 de agosto ocorreu o golpe de Estado. Getúlio renunciou, sendo substituído pelo governo provisório de Linhares.

Seis dias depois, a **Tribuna Popular** publicou um manifesto que — sob o título “Ao povo o que interessa neste instante é a consolidação do novo governo” — criticava Vargas porque ele “traiu o povo, permitindo que se articulassem as forças da reação (...) que, afinal, unidas numa frente comum desfecharam o golpe militar”. E lançou um apelo ao novo governo, que classificou como contraditório: “que os



João Amazonas e Prestes, em 1945

democratas sinceros e os antifascistas honestos agora nos postos de responsabilidade, confiem, pois, no povo, porque só assim poderão cumprir a palavra empenhada e livrar-se da pressão que sobre eles exercerão os remanescentes do fascismo”.

No mês seguinte, João Amazonas publicou sua interpretação desses acontecimentos: “os sindicatos operários levantaram com energia a bandeira da Assembléia Constituinte. Cinqüenta e sete sindicatos do Rio convocaram um grande comício exigindo a Constituinte. Mas sobreveio o golpe dos generais reacionários que, como denunciámos oportunamente, foi dirigido contra o Partido Comunista e a classe operária. E o comício foi proibido. Muitos sindicatos foram fechados. Em frente à sede do Partido Comunista foram postados 200 tanques de guerra e metralhadoras de grosso calibre. Mas a classe trabalhadora e os comunistas não responderam às provocações. Lutaram pacífica e resolutamente contra o golpe e as tentativas de greve e assim a situação foi se modificando e os reacionários retrocedendo de seus primitivos intentos”.

Imediatamente após o golpe, a propaganda do MUT deslocou-se da Constituinte para a palavra de ordem da criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que o MUT, sindicatos e associações estavam preparando. Mas isso, sem prejuízo da continuidade da luta pela reforma da estrutura sindical. As concepções da direção do PC, na condução dessa luta, alcançaram talvez seu apogeu no item n.º 7 do programa eleitoral do partido, visando as eleições de dezembro: “pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado inclusive empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação Geral”. Ou seja, concebia-se a “ajuda decidida” do Estado burguês à organização, em âmbito nacional, da luta econômica dos trabalhadores, ainda quando se reconhecia que “as forças da reação haviam desfechado o golpe militar” vitorioso.

Ao mesmo tempo, aumentavam os esforços para desestimular as greves. Assim, para o MUT do Rio as greves seriam “estimuladas por elementos ligados às forças reacionárias e ao capital estrangeiro colonizador (que)

pretende criar novamente um ambiente de confusão propício à desordem, com o intuito, agora, de prejudicar a realização de eleições pacíficas, livres e honestas no próximo dia 2 de dezembro”. Por isso, o MUT recomendava aos trabalhadores “comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades; apertar mais os cintos e esperar um pouco até que, consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios, seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados”.

“Uma má compreensão”

Em janeiro de 1945, realizou-se o Pleno Ampliado da direção nacional do PC, onde o partido avaliou as atividades dos últimos quatro meses. Concluíram que os resultados favoráveis no terreno da organização e da unidade sindicais confirmam a orientação seguida até então, segundo a qual os problemas operários “só podem ser resolvidos com ordem e tranquilidade”. Mas mudou a interpretação a ser dada a esta palavra de ordem. No Informe da Comissão Executiva ao Comitê Nacional, Pedro Pomar criticou “camaradas nossos que não compreenderam que ordem e tranquilidade não querem dizer que deixemos de agir com energia pelo aumento de salários e por todas as reivindicações imediatas da classe operária”. Apresentando ao Pleno Ampliado seu Informe Político, Prestes foi ainda mais longe na crítica: “uma má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para golpes militares, levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Esse desvio oportunista na realização prática de nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se foi até há poucas semanas atrás de menos importância, já agora, precisa ser corrigido com rapidez se quisermos prosseguir na altura de nossa missão histórica de dirigentes do proletariado e de todo o nosso povo (...) Lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha agravar a situação econômica das massas e, portanto, por aumentos de salários e melhores condições de trabalho”. A partir daí, o PC passou a evoluir em suas posições frente às greves. Inicialmente irá defendê-las como um direito dos trabalhadores, sem assumi-las porém e mostrando o que teriam de “inconveniente” na situação política do país.

Autocrítica em 1949

As eleições presidenciais ocorreram no dia 2 de dezembro de 1945. Sem condições de apoiar nenhum dos candidatos lançados pelas classes dominantes, o PC optou pelo lançamento de um candidato próprio, sem que isso significasse uma ruptura com a política de aliança com a burguesia. Ao justificara escolha de Yedo Fiuzza como candidato, Prestes disse que “o nome de um comunista poderia sofrer restrições e nosso papel (...) Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar as soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará”.

Em 1.º de fevereiro de 1946, o general Dutra tomou posse como novo presidente da República e, a 16 de março, passando por sobre a Constituinte, regulamentou o direito de greve através do Decreto 9070, praticamente inviabilizando legalmente qualquer movimento grevista. É o início do desencadeamento da repressão sobre o movimento operário.

Os comunistas custaram a adaptar-se à nova situação. Em março, já com o MUT sendo reprimido, seu presidente João Amazonas declarou na Constituinte a intenção de apoio ao governo

Nesse mês, Prestes afirmou que é “contra a nossa vontade que atacamos o governo”.

Não são conhecidas avaliações mais aprofundadas desse período e da atuação nele do PC, feitas pelos próprios comunistas. Assim mesmo, conhece-se pelo menos uma breve autocritica de Prestes, feita em 1949: “Já em 1945, em vez de mobilizarmos e organizarmos as massas através da luta por suas reivindicações imediatas, como única maneira de fazermos frente ao golpe militar que se preparava contra as recentes conquistas democráticas, aconselhávamos ‘ordem e tranquilidade’ e procurávamos conter o descontentamento das massas — toda ilusão pequeno-burguesa que denota o quanto já nos afastáramos então do terreno do marxismo-leninismo”.

Por outro lado, em 1972, comemorando o cinquentenário de fundação do PC, o Comitê Central do PC do B lançou um documento oficial (“50 anos de luta”) onde há um trecho de sentido autocrítico: “depois do golpe de 1937, o partido abandonou a posição independente que teve em 1935 e se limitou à luta pelas reformas burguesas. No pós-guerra adotou uma linha de reboque à burguesia” alternando depois uma linha de conduta sectária e uma de suporte ao capital nacional. “Só depois da reorganização, em 1962 (trata-se da divisão do PC), passou a assumir posição independente, de classe”.

Muito há que estudar e compreender ainda sobre as lutas operárias e populares no Brasil, e não só nesse período. Muito haverá que buscar também por trás e para além das interpretações oficiais — e não só as das classes dominantes, como se pode ver...

Fernando Leal, Salvador, BA

Errata

A matéria “No congresso, ressurgiu a UPE”, publicada na edição passada de **Movimento**, sobre a reconstrução da entidade estudantil dos estudantes do Paraná — a União Paranaense de Ensino — foi publicada com um erro importante. Lá se diz que durante o congresso o diretor para a área da saúde da UNE, Gilberto Berguio Martins, apoiou as posições dos dirigentes do DCE de Curitiba contra as posições manifestadas pelos dirigentes do DCE de Londrina. Na verdade, Gilberto defendeu posições exatamente contrárias, isto é, defendeu as posições de Londrina para a formação de uma chapa para a entidade que tivesse um programa mínimo comum, com a participação de estudantes da capital e do interior do Estado.

Adolfo Perez Esquivel

Um prêmio Nobel contra a ditadura militar argentina

O Parlamento norueguês premia um defensor dos direitos humanos na América Latina

A primeira reação da ditadura militar argentina foi o silêncio. Depois, era emitido um comunicado afirmando que, "à margem de suas intenções, (ele) foi efetivamente utilizado para facilitar a impunidade dos membros de distintas organizações terroristas, pelo que foi detido e colocado à disposição do Poder Executivo". Desta forma, o governo do general Jorge Rafael Videla procurava sair da difícil posição em que foi colocado pela decisão do Parlamento norueguês e justificar a prisão por 14 meses (em 1977 e 1978), sem causa e sem processo, de Adolfo Perez Esquivel, premiado, no último dia 13, com o Nobel da Paz. "Altas fontes" argentinas, citadas pelo correspondente do *Jornal do Brasil*, comentavam, porém, que "dos males, o menor: teria sido muito pior se tivessem escolhido as 'loucas da Praça de Maio' ou alguém que estivesse na prisão aqui".

De fato, apesar da importância de sua luta pelos direitos humanos à frente da organização Paz e Justiça na América Latina, não se pode deixar de ver na premiação de Esquivel uma "solução moderada" por parte dos jurados de Oslo, já que se considerava praticamente certo que o Nobel da Paz fosse concedido àquelas que o governo argentino apelidou de "as loucas da Praça de Maio" - essas mulheres que, há anos, se manifestam silenciosamente diante do palácio presidencial de Buenos Aires, para obter das autoridades militares improváveis notícias de um filho, ou um marido, "desaparecido" por motivos políticos. Esquivel as qualificou de "mães-corage" e sua premiação teria

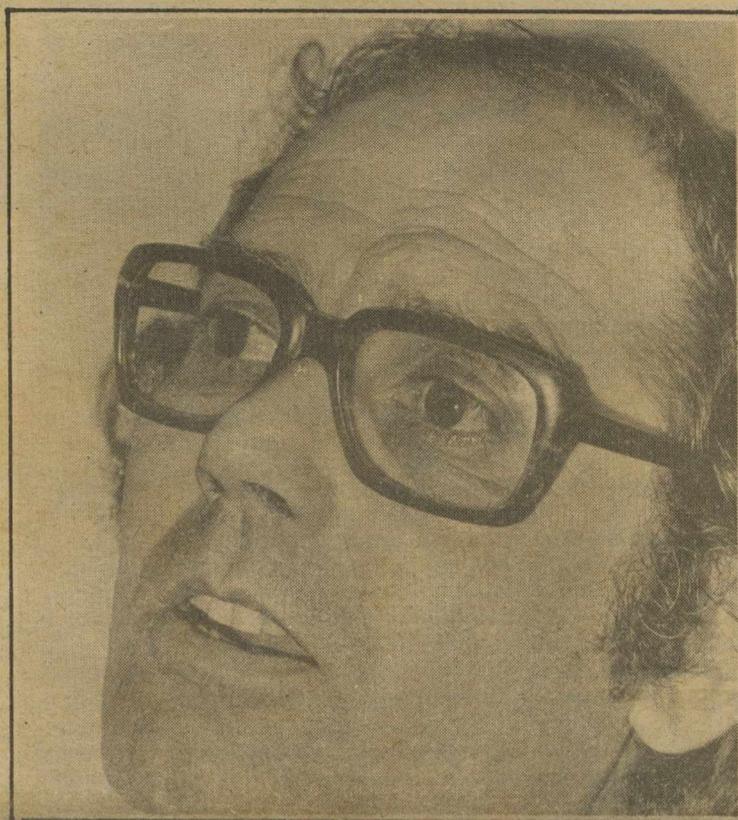
sido, realmente, bem mais incômoda para a ditadura argentina.

Isso não diminui os méritos do premiado. Sua escolha foi felicitada por várias entidades protestantes e católicas que se dedicam à defesa dos direitos humanos, entre elas o Conselho Ecumênico das Igrejas, de Genebra. O abade Pierre Toular, secretário da comissão francesa de Justiça e Paz, o definiu como "um homem da não-violência, um discípulo de Martin Luther King e de Gandhi, agindo num espírito evangélico e não político". Em entrevista coletiva em Buenos Aires, Esquivel dedicou o Nobel aos "povos da América Latina, aos indígenas, camponeses, operários e a todos os que lutam pela vigência dos direitos do homem".

Apesar de ser protestante, Adolfo Perez Esquivel tem mantido intensa colaboração com os meios católicos e possui grandes amigos no Brasil, em especial Mário Carvalho de Jesus, advogado da Frente Nacional do Trabalho, Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús (Ceará) e Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. Aliás, foi graças à intervenção de Dom Paulo que Esquivel foi libertado em 1975, quando, em visita ao Brasil, foi preso pelo DOI-CODI de São Paulo.

Secretário geral da Paz e Justiça na América Latina - um movimento que, em todo o subcontinente, reúne cristãos desejosos de promover mudanças sociais sem recorrer à violência - o argentino Esquivel era até o momento conhecido principalmente nos meios cristãos progressistas do Terceiro Mundo e da Europa.

Com 49 anos de idade, esse ar-



Esquivel: um partidário da não-violência

quieto e professor de escultura da Universidade de La Plata não tem mais do que nove anos de cruzada a favor dos direitos humanos. Mas foram anos intensos. Em 1971, ele começou a militar na Argentina em um movimento não-violento de adeptos das idéias de Ghandi. Sua "receita social" é autogestão, e, indo além das palavras, ele criou em seu país oficinas artesanais autogeridas.

1972 foi para ele um ano de luta contra a violência política na Argentina. O regime militar do general Lanusse se apressava em entregar o poder, mas os sobressaltos

da máquina de repressão eram terríveis: foi, em particular, o ano do "massacre de Trelew", durante o qual 16 presos políticos foram assassinados, sob a alegação de "tentativa de fuga".

Em 1973, Adolfo Perez Esquivel fundou o periódico *Paz e Justiça*, em torno do qual cresceu o movimento do mesmo nome - primeiro na Argentina, e, logo, em escala latino-americana. Em 1974, ele participou em Medellin (Colômbia) de uma conferência visando elaborar uma estratégia não-violenta para a libertação de toda a América Latina. Esquivel

tornou-se o secretário geral da Paz e Justiça, com sede em Buenos Aires, buscando coordenar a ação de todos os "grupos de base" que se inspiram na "não-violência evangélica como forma de libertação".

Em 1975, ele tomou a defesa das cooperativas camponesas do Paraguai, perseguidas pelo regime do general Stroessner. Em agosto de 1976, foi interpelado em Riobamba e, depois, expulso do Equador por ocasião de uma reunião histórica de bispos e leigos progressistas de toda a América Latina. Um dos grandes amigos católicos de Esquivel é justamente o bispo de Riobamba, Monseñor Leonidas Proano.

Em 5 de abril de 1977, ele foi preso pela ditadura militar argentina, instalada pelo golpe de Estado de 24 de março de 1976. E permaneceu mais de um ano, "à disposição do poder executivo", segundo as palavras do recente comunicado do governo, até sua libertação em 22 de junho de 1978. Uma campanha de solidariedade tornou mais conhecido o seu nome na Europa e América Latina.

A cooperação contra essas enormes máquinas que são as multinacionais e os Estados totalitários; a "conscientização" no lugar da doutrinação; a inquietação espiritual fecundando a revolta contra tudo que esmaga a pessoa: através de Adolfo Perez Esquivel, os jurados de Oslo procuraram premiar centenas de milhares de homens e mulheres, estes cristãos progressistas que, numa região em que a violência social ultrapassa todos os limites, lutam por um futuro melhor.

(A partir de uma matéria de Jean-Pierre Clerc, de *Le Monde*)

Novos dados sobre a origem do universo

O prêmio Nobel de Física deste ano foi atribuído aos norte-americanos James Watson Cronin e Val Logsdon Fitch por suas descobertas relativas à violação dos princípios fundamentais da simetria na desintegração dos mésons K neutros. O alcance deste trabalho é que, por meio dele, é possível chegar a uma maior compreensão sobre a formação do universo a partir da "grande explosão" (*big bang*), considerada o momento inicial.

Nas palavras da Real Academia Sueca de Ciências, a dificuldade tem sido entender "de que maneira um universo originalmente muito quente e simétrico pôde evitar que a matéria e a antimatéria se aniquilassem mutuamente quase de imediato".

As investigações de Cronin e Fitch, na física das partículas ele-

mentares, mostraram que, na desintegração dos méson K neutros, a simetria esquerda-direita nem sempre é compensada por uma troca entre matéria e antimatéria. Explicando melhor: os fenômenos físicos observados na vida corrente não se alteram se se mudam as posições esquerda e direita. Isso, porém, não ocorre em escala atômica: a física muda quando se troca a esquerda pela direita.

Esta descoberta revolucionária, feita em 1956, levou os norte-americanos Lee e Yang a receberem o prêmio Nobel no ano seguinte. Pensava-se, porém, que, se após a troca da esquerda pela direita, se realizasse a substituição das partículas pelas respectivas antipartículas (antimatéria), se retornaria aos mesmos fenômenos físicos. A operação seria equivalente à de se inverter o sentido do tempo.

Em 1963, Fitch e Cronin, ajudados por Turlay e Christensen, descobriram que essas duas operações, batizadas "CP", não deixavam invariante o mundo das partículas. Ou seja, que as orientações esquerda e direita não têm um caráter arbitrário, dependendo de simples convenção, mas que fazem parte da natureza mesma da matéria. E que o tempo flui num único sentido. Daí o esclarecimento que essas investigações trazem sobre as interações de matéria e antimatéria nos momentos iniciais do universo.

O Nobel de Química foi repartido entre os norte-americanos Paul Berg e Walter Gilbert e o inglês Frederick Sanger. Sanger já havia sido premiado em 1958, por trabalhos relativos à estrutura das proteínas. A premiação atual se deve ao desenvolvimento de métodos para

uma descrição em pormenores da estrutura e funções da molécula do Ácido Desoxirribonucleico (ADN), portadora das características genéticas. Segundo a Real Academia Sueca, essas investigações são um importante passo para se compreender a natureza do câncer, pois permitem um melhor entendimento da disfunção do controle do material genético ligado ao crescimento e à divisão das células.

O Nobel da Economia também ficou com um norte-americano: Lawrence Robert Klein, pela "criação de modelos econométricos e sua aplicação na análise das flutuações e das políticas econômicas". Uma das aplicações das teorias de Klein é um estudo sobre a influência da alta dos preços do petróleo na inflação, condições de emprego e balança comercial em vários países.

O primeiro prêmio a ser anunciado, o de literatura, foi de certo modo uma decepção. Mais uma vez foram preteridos os "grandes favoritos" - Jorge Luis Borges, Graham Greene, Gunter Grass, Norman Mailer - em favor de um escritor praticamente desconhecido, o poeta polonês radicado nos Estados Unidos, Czeslaw Milosz. Milosz nasceu em Vilna, capital da Lituânia, incorporada em 1923 à Polônia; participou da resistência antinazista, e, em 1951 rompeu com o regime polonês. "Sinto uma exigência descompromissada de integridade artística e liberdade humana - disse Milosz - que me impede de continuar apoiando a orientação de Stálin adotada em meu país". A decisão da Academia parece ter-se prendido muito mais a considerações políticas do que literárias.